



Nesta edição, abordamos um conjunto de temas que desafiam a nossa capacidade de navegar no meio do nevoeiro. Como garantir desenvolvimento da pesquisa em um contexto de fortes cortes no orçamento do RS? Como impedir que a crise imponha retrocesos aos avanços da Educação Pública na última década? Como garantir um acordo salarial satisfatório em um momento de grande turbulência política e econômica?

Levando o barco devagar





ADufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

2º Vice-Presidente - **Marilda da Cruz Fernandes**

1º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**

2º Secretário - **Paulo Machado Mors**

3º Secretário - **Luciano Casagrande**

1º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro - **Edson Lindner**

3º Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

ADverso

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso na Ideograf

Conselho Político

Ana Boff de Godoy - DEH/UFCSPA

Flávio Porcello - DECOM/UFRGS

Gloria Ferreira - Fabico/UFRGS

Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ UFRGS

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert e Araldo Neto

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

Índice



Entrevista

Abílio Afonso Baeta Neves, novo diretor-presidente da Fapergs, fala sobre o desafio de liderar a principal instituição de pesquisa gaúcha em um período de cortes profundos no orçamento do Estado.

04

Contingenciamento

UFRGS e IFRS traçam estratégias para enfrentar ajustes no orçamento

11



Ponto e Contraponto

A aventura de dar aula
Problemas de infraestrutura e manutenção desafiam a boa vontade de professores e alunos da Ufrgs.

14

Especial

Avaliação institucional ainda é desafio para Ifes

24

Vida no Campus

Obras raras

O tesouro literário da Ufrgs

38

Artigo

Gil Vicente Reis de Figueiredo

O Plano Nacional de Educação sairá do papel?

46

Jurídico

Assembleia Geral da Adufrgs-Sindical ratifica ações em andamento e aprova o ajuizamento de novas

50

Artigo

Aray Miguel Feldens

Alternativas de complementação das aposentadorias dos professores federais

53

Campanha salarial 2015

Proifex-Federação define diretrizes para negociação

56

“Faça como o velho marinheiro que durante o nevoeiro leva o barco devagar”

Navegar em águas calmas sempre é tranquilo. O desafio é enfrentar tempestade em alto mar, com águas revoltas. O devagar não é desistir de navegar, mas acima de tudo, ter em mente o objetivo da chegada. Para o movimento sindical é saber analisar a conjuntura econômica e política e traçar o rumo com segurança, sabendo dos riscos do percurso. É não desistir, é ter a capacidade de mobilizar as forças para as tarefas necessárias e imprescindíveis. É também negar-se ao aventureirismo e ao oportunismo de ocasião. É saber que nem sempre discursos iguais representam objetivos idênticos.

As crises que assolam o país acabam criando um vórtice de desesperança. Falta de perspectiva e de um horizonte que sinalize para um porto seguro.

É este cenário que desafia os sindicatos comprometidos com as pautas das suas bases, com a democracia e com o desenvolvimento do país, a moverem-se na busca da superação dos problemas que nos afligem.

Primeiro é necessário ter em mente que a crise econômica, nem por aproximação, tem nos servidores e serviços públicos, a sua origem ou responsabilidade. Portanto, não cabe a nós sacrifícios. Cabe àqueles que, em qualquer cenário, têm obtido lucros exorbitantes.

Segundo é reconhecer que a crise política decorre de diversos fatores, dentre eles erros do governo, tanto na condução das políticas econômicas e sociais como no estabelecimento de alianças políticas para ganhar o poder e não para governar dentro de um projeto de interesse da popula-

ção. E também por conta de um parlamento que tem dificuldade de agir como tal. Que prefere dar guarida a interesses momentâneos e mesquinhos a buscar o estabelecimento de saídas negociadas e pactuadas.

Todos aqueles que vivem do salário e suas representações sindicais tem o compromisso com o aprofundamento da democracia. Se couber alguma radicalidade no momento é esta.

Mas democracia se expressa não apenas pelo direito de votar, de se organizar livremente. É o acesso à escola, à saúde, à segurança, habitação, alimentação, emprego, transporte, ao lazer. É não sofrer discriminação de qualquer natureza. Devemos ter clareza que isto tudo só é possível na medida que tivermos serviços públicos universais e de qualidade. Para isso torna-se imperioso que os governantes tenham no setor público o caminho para a solução das crises, não o contrário. É urgente que sejam banidas as práticas da corrupção e que seus promotores sejam exemplarmente punidos. É necessário que os responsáveis pelos desmandos, ocupando o cargo que estiverem, sejam afastados. Mas é definitivo que sejam observados os marcos da legalidade e da democracia. Ao timoneiro cabe a tarefa de conduzir a embarcação. Não é da sua troca que a tempestade se arrefece. Mas é necessário que demonstre destreza, capacidade, habilidade, sensibilidade. Que saiba discutir alternativas. Admita suas limitações e que busque a ajuda daqueles que se dispõem a ajudar. Mobilizar para negociar, negociar para avançar é o caminho que apostamos na nossa caminhada. A história tem nos afiançado como correta esta opção. ■

ADUFRGS-Sindical, o seu Sindicato



Abílio Afonso Baeta Neves
presidente da Fapergs

Ciência e tecnologia não é objeto de consumo, mas fator de desenvolvimento

por Araldo Neto

O novo diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Abílio Afonso Baeta Neves, tem como missão liderar a principal instituição de pesquisa do Rio Grande do Sul em um período de cortes profundos no orçamento do Estado. Em entrevista à Revista Adverso, o dirigente afirma que o investimento em ciência e tecnologia é um caminho para a recuperação da economia gaúcha, e que a sociedade precisa mudar a visão de que a pesquisa científica é apenas um objeto de consumo, e não um fator de desenvolvimento.

Segundo ele, esta é uma das premissas para o Rio Grande do Sul atingir o patamar de estados considerados protagonistas na pesquisa científica brasileira, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na entrevista, o novo presidente da Fapergs revela dados que indicam um abismo entre o orçamento das fundações destes estados com relação ao Rio Grande do Sul. É a segunda vez que Abílio Afonso Baeta Neves assume o comando da Fapergs, instituição que dirigiu entre 1987 e 1990.

Adverso - O investimento em ciência e tecnologia pode ser um caminho para o Estado sair da crise econômica?

Abílio Afonso - Certamente. Não é a percepção mais consensual, mas eu tenho esta convicção. Nós não saímos da crise só com a contenção de gastos. Saímos da crise com a qualificação dos gastos e do investimento público em áreas que podem ajudar, inclusive, a melhorar as políticas públicas. A pesquisa científica e tecnológica é instrumento fortíssimo para que possamos construir alternativas sustentáveis. Considerando que, no Brasil, o investimento em ciência e tecnologia é fundamentalmente público, se o Estado não investe, teremos uma involução muito dramática nessa área.

Adverso - De que forma os cortes do governo do Estado afetaram a Fapergs?

Abílio Afonso - Os cortes afetam, sobretudo, a perspectiva de ampliação dos programas da Fapergs. Nós nunca chegamos nem perto de 1,5% da receita do Estado, que deveria ser destinada ao fomento da atividade de pesquisa científica e tecnológica. Aparentemente, há um entendimento histórico de que isso, apesar de estar na Constituição do Estado, não deve ser questionado. Todos os principais partidos do nosso espectro político passaram pelo governo do Rio Grande do Sul desde que essa emenda constitucional foi aprovada. Isso ajudou a se criar certa cumplicidade em não exigir o seu cumprimento, não cobrar a aplicação desse dispositivo constitucional. Não apenas à luz das capacidades dos governos, mas também um pouco em função do humor dos nos-

sos representantes. Por isso, a Fapergs sempre está entre as fundações do Brasil com menor orçamento. No período do governador Tarso, o orçamento foi estabilizado num patamar que já era muito baixo. Em torno de R\$ 35 milhões. Agora, o governador Sartori faz um repasse do tesouro ainda menor, de R\$ 8 milhões, menos do que foi a média de R\$ 28 milhões dos últimos quatro anos. Isso praticamente submete a Fapergs ao cumprimento de compromissos já assumidos. Ou seja, o recurso livre para reeditar editais importantes ou para novas iniciativas praticamente não existe. Então, precisamos buscar novas alternativas. Este ano, a preocupação é manter, mais ou menos em dia, os compromissos assumidos em editais anteriores. Em alguns casos, como no convênio com a Capes, a dificuldade é grande, o que pode complicar a negociação de convênio futuro. A situação é muito ruim, realmente. No caso das bolsas de iniciação, tivemos que fazer um corte de 25%, o que não agradou a nenhuma instituição. Agora, estamos estudando outras possibilidades. No médio e longo prazo, talvez a melhor oportunidade seja construir algum encaixe entre o trabalho da Fapergs, de apoio à pesquisa no Rio Grande do Sul, com as metas e objetivos de um financiamento internacional forte que o Estado certamente terá que buscar nos próximos anos.

Adverso - Existe prazo para que isso aconteça?

Abílio Afonso - Para aumentar a capacidade de investimento, o Estado terá que se valer de financiamento internacional tão logo a nova legislação referente às

"Nós temos um discurso que, aparentemente, é moderno, aponta para frente, e uma prática que repete a tradição de negligência no que se refere aos investimentos."

dívidas dos Estados com a União seja regulamentada. Só então os Estados poderão revisar seus limites de endividamento, ampliando a capacidade de contratação de novos financiamentos internacionais. Deveríamos usar este período de crise para construir os projetos com os quais entraremos na negociação, pois se não tivermos os projetos na mesa, nós certamente ficaremos de fora.

Adverso - E o curto prazo, o que pode ser feito?

Abílio Afonso - No curto prazo, o caminho é brigar por recursos. Ver se conseguimos uma suplementação, para atingir, pelo menos, os níveis do ano passado.

Adverso - A cada mudança de governo, o orçamento destinado à Fapergs sofre mudanças. Como o senhor analisa esse cenário político?

Abílio Afonso - O Rio Grande do Sul é um estado que, em alguns aspectos, anda na contramão da Federação. Desde a instituição do direito à reeleição,

não tivemos nenhum governador reeleito. Ou seja, temos mudança de partido e de coalizão no poder estadual permanentemente. Então, não se pode falar que um governo novo vai dar continuidade ao trabalho do governo anterior. As mudanças são mais ou menos inevitáveis. Com relação à área de ciência e tecnologia, a impressão que tenho é que a gente vive certa esquizofrenia já de longa data. Ciência e tecnologia é um tema da agenda dos nossos políticos na mídia. Volta e meia, fala-se na inovação tecnológica como caminho para mudança da qualidade da produção econômica do Estado, na sua inserção na economia global. Na prática, porém, a gente não acredita que isso se conquista com investimentos e, para tanto, precisa ser uma real prioridade e um componente de política de Estado. A impressão que tenho é que com todo o discurso sobre ciência e tecnologia, a gente ainda prefere a ciência e tecnologia como objeto de consumo e não como um instrumento de desenvolvimento, que requer investimentos continuados, e um compromisso duradouro, sustentável do Estado. É isto que chamo de esquizofrenia. Nós temos um discurso que, aparentemente, é moderno, aponta para frente, e uma prática que repete a tradição de negligência no que se refere aos investimentos.

Adverso - Como são os investimentos com relação aos outros estados?

Abílio Afonso - Mesmo reconhecendo que o governo Tarso estabilizou transferência de recursos do tesouro do Estado para Fapergs, isso ocorreu num

"Curiosamente, depois que o orçamento da Fapergs foi vinculado à arrecadação do Estado, parece que teve início uma maldição. As outras instituições começaram a decolar e a nossa passou a enfrentar todo o tipo de dificuldades, num movimento contrário ao que seria uma tendência natural."

patamar muito baixo. Este ano, por exemplo, a Fundação tem a metade dos recursos da Fundação de Goiás. E a comunidade acadêmica de Goiás deve ser um quarto da comunidade do Rio Grande do Sul. Além disso, a melhor universidade e os melhores grupos de pesquisas de Goiás não competem com as nossas melhores universidades federais e nem com algumas particulares, que têm um desenvolvimento interessante na pesquisa. Minas Gerais sofreu um contingenciamento esse ano, mas mesmo assim assegura um investimento acima de R\$ 200 milhões por ano. O Rio de Janeiro certamente executa este ano R\$ 400 milhões. A Fapesp, em São Paulo, nem se fala. Está executando R\$ 1,2 bilhão. Nós estamos falando de três estados que vão decolar com relação ao Brasil, e

vão criar uma sinergia na Região Sudeste que vai ser difícil de acompanhar, inevitavelmente. Se a gente soma os três orçamentos destas fundações, nós estamos falando algo em torno de R\$ 2 bilhões, fora os investimentos federais. O Rio Grande do Sul, em matéria de ciência e tecnologia, vive quase só de recursos federais, sejam os investimentos diretos em pessoal ou em infraestrutura nas universidades federais. Não fosse isso, o cenário aqui no Rio Grande do Sul seria ainda mais trágico. No que diz respeito à nossa cultura política, diante do tema investimento em ciência e tecnologia, o que mais nos caracteriza é a esquizofrenia.

Adverso - O que o Rio Grande do Sul precisa fazer para figurar entre os principais estados na área de ciência e tecnologia?

Abílio Afonso - O Rio Grande do Sul foi pioneiro. Já estive à frente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro na construção de uma instituição de fomento. Nós tivemos um papel importante no final dos anos 80 e na discussão da lei de vinculação de orçamentos. Curiosamente, depois que o orçamento da Fapergs foi vinculado à arrecadação do Estado, parece que teve início uma maldição. As outras instituições começaram a decolar e a nossa passou a enfrentar todo o tipo de dificuldades, num movimento contrário ao que seria uma tendência natural.

Adverso - Como a comunidade acadêmica pode ajudar a reverter a tendência de queda nos investimentos?

Abílio Afonso - A crise do Rio



Grande do Sul é mais grave que a do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Rio de Janeiro já conta, de longa data, com os royalties do petróleo. Isso deu certa folga e permitiu que eles pensassem estratégias nessa área, diferentemente do Rio Grande do Sul. Eu tenho a impressão que a elite acadêmica do Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, é mais próxima da elite política do que aqui. Essa relação é mais bem construída. Não que eu ache a elite política de Minas Gerais e Rio de Janeiro melhor do que a nossa, mas acho que há uma melhor relação entre o pessoal da academia e o pessoal da política, e isso certamente ajudou. Por exemplo, o Rio de Janeiro tem uma tradição de investimento em ensino superior diferenciado. Não estou pensando só na UERJ, estou pensando, por exemplo, na universidade de Campos, criada por Darcy Ribeiro. Muita gente daquele movimento do Darcy Ribeiro continua tendo uma liderança importante no meio acadêmico, com bom trânsito político. Em Minas, também se nota esta proximidade. A UFMG se entende como de Minas Gerais. Ela atua nas discussões sobre os temas de interesse do Estado. A Ufrgs perdeu um pouco isso. Ela parece que virou uma universida-

de nacional, mais que uma universidade do Rio Grande do Sul. Tem dado contribuições importantíssimas para várias áreas do desenvolvimento do Estado, mas a atitude não parece ser a de uma instituição que se comporte, digamos, como um sujeito importante para construção de alternativa para o próprio Estado. Há várias coisas que precisam ser discutidas, pensadas, refletidas, mas o fato é que existe muita dificuldade de vender a ideia do caráter estratégico do investimento em ciência e tecnologia. Em muitos casos, a comunidade acadêmica age como se a pesquisa, a ciência e tecnologia fossem um valor em si, e que o controle da racionalidade dessa atividade é da comunidade acadêmica, exclusivamente. De outro lado, há uma expectativa de que ela seja mais instrumental, que ajude a produzir alternativas e soluções para problemas concretos do Estado. Isso é uma dificuldade grande, porque se é verdade que, de um lado, a universidade fica ensimesmada, de outro, a sociedade e o Estado também não sabem formular suas demandas mais urgentes e, assim, desafiar a universidade em sua atividade de pesquisa científica e tecnológica. Nós temos vários níveis de dificuldades, mas precisamos, de cer-

ta forma, romper com esse círculo vicioso e começar a pensar num maior e mais eficiente envolvimento das atividades de pesquisa da universidade com a melhoria do serviço público, com a melhoria da política pública, e, com isso, garantir maior visibilidade das atividades acadêmicas e de pesquisa científica e tecnológica. Assim, acredito, começaríamos a ter mais receptividade e mais convicção da importância de se investir neste setor.

Adverso - O senhor dirigiu a Fapergs entre 1987 e 1990. O que mudou na pesquisa científica gaúcha nestes 25 anos?

Abílio Afonso - Mudou muito. A própria Ufrgs tinha alguns nichos de pesquisa de alto nível, mas não tão horizontalmente distribuídos como temos agora. Hoje, temos excelência em muito mais áreas que tínhamos naquela época. Algumas engenharias eram muito novas. Áreas importantes ainda não tinham nem doutorado. Algumas biológicas se destacavam na biociência. Nós estávamos apenas construindo o Centro de Biotecnologia. O Centro de Ecologia, que cresceu muito, também estava apenas sendo iniciado. Trata-se de outra universidade. O mesmo pode ser dito, em

grande medida, para todas as demais universidades federais que temos no Estado: Santa Maria, Pelotas, Rio Grande. Todas elas experimentam avanços muito importantes. O cenário mudou bastante, acompanhado de mudanças da infraestrutura, com forte aumento do corpo docente. Ou seja, nós temos outra pesquisa. Nós temos uma mudança séria de pesquisa na pós-graduação e uma mudança no cenário do Rio Grande do Sul fora do universo das instituições públicas. A PUC, evidentemente, é uma universidade de pesquisa. A Unisinos é uma universidade que se destaca. Nós temos várias outras universidades que eram conhecidas como universidades comunitárias no interior do Estado, que hoje têm programas de pós-graduação em diversas áreas e, em muitos casos, de excelência. Estamos falando de outro Rio Grande do Sul. A comunidade científica e tecnológica multiplicou muito seu número de membros. Nós temos outras relações constituídas entre grupos da universidade e o setor econômico e produtivo. Os parques tecnológicos são outra realidade. Não tinha nada disso naquela época. Isso é coisa dos últimos 20 anos. Estamos falando de outro cenário universitário, outro contexto de pesquisa, tanto na horizontalidade como na verticalidade, também na excelência, no número de doutorandos. O Rio Grande do Sul forma muitos doutores. Destaca-se no cenário nacional. Desta perspectiva, é outro Rio Grande do Sul. Curiosamente, volto a insistir, isso foi feito, fundamentalmente, com recursos federais e com recursos

"O Rio Grande do Sul forma muitos doutores. Destaca-se no cenário nacional. Desta perspectiva, é outro Rio Grande do Sul. A participação do investimento regional neste crescimento foi muito marginal, lamentavelmente."

privados, no caso das instituições privadas. A participação do investimento regional neste crescimento foi muito marginal, lamentavelmente.

Adverso - Quais são as dificuldades que a Fundação enfrentará nos anos em que o senhor estará comandando a entidade?

Abílio Afonso - A maior dificuldade que a Fundação vai enfrentar é de recursos. Se tivermos confirmada a possibilidade de buscar financiamento internacional para investimentos no Estado, isso poderá ajudar bastante, sobretudo a partir de 2017. Provavelmente, se isso der certo, meu sucessor já assumirá num cenário mais favorável. A Fundação dispõe de pouco recurso, que podem aumentar à medida que conseguimos assinar convênios, sobretudo nacionais. Acho que o que precisamos é construir um debate importante, consequente e sério sobre quais devem ser as priori-

dades de fato e o modo de atuação da Fapergs. Que fomento realmente vale a pena? Qual funciona e pode trazer mais resultados à pesquisa científica e tecnológica no Rio Grande do Sul, sabendo das limitações que a gente experimenta? Se aumentássemos nosso orçamento para 100 milhões, ainda assim valeria a pergunta: Como nós faríamos render mais esse investimento? Como podemos conseguir melhores resultados, sabendo que a preocupação fundamental, nesse momento, é buscar a adesão da opinião pública e das lideranças políticas para a ideia de que é preciso apoiar a pesquisa científica tecnológica. Às vezes, tenho a impressão de que a gente faz fomento, mas responde muito pouco às expectativas da construção de uma relação mais saudável e sustentável, de compromisso entre a sociedade, a política, a economia e a pesquisa científica e tecnológica. Essa discussão tem sido feita em vários lugares. Nos Estados Unidos, que têm uma capacidade de investimento muito diferente do Brasil, há programas da agência nacional da saúde que não são mais abertos. Eles têm foco claro. Eles investem em grupos de pesquisa, em redes de pesquisadores, para que ajudem a produzir resultados específicos em campos da saúde que mais preocupam. Não se trata de apoiar a pesquisa que o pesquisador encaminha, mas estimular os pesquisadores a se organizarem em redes para enfrentar um problema concreto. Talvez seja esta a discussão que a gente precisasse fazer. Talvez, assim, mais rapidamente, pudéssemos mostrar a afinação entre a nossa

capacidade de pesquisa e problemas concretos, vistos e percebidos pela sociedade, e que têm impacto na formulação de políticas públicas. Ou seja, mesmo que a gente recupere a capacidade de investimento da Fapergs, eu acho que precisamos rediscutir qual o fomento será mais eficiente e trará melhores resultados em termos de consolidação da nossa comunidade científica e, ao mesmo tempo, de consolidação da relação da comunidade acadêmica com a sociedade e o desenvolvimento regional.

Adverso - Elenque as principais metas de sua gestão na Fapergs

Abílio Afonso - Uma seria simplificar os procedimentos nos programas de fomento, execução orçamentária e prestação de contas. A burocracia é de tal ordem que, hoje, é quase um pesadelo pedir um recurso à Fapergs, fazer uma execução financeira de acordo com os manuais e, depois, conseguir prestar conta. Eu não pediria dinheiro à Fapergs. A probabilidade de que você faça alguma coisa errada é grande. É tanta porcaria que precisa ser atendida. Há um entendimento da Legislação que não permite nada e que precisa ser cumprido mais do que ao pé da letra. Já propus a criação de um grupo de trabalho com representantes da Fapergs, da Procuradoria Geral e Tribunal de Contas do Estado e da União para ver se conseguimos produzir um entendimento um pouco mais amistoso, mais favorável para o pesquisador, que é, ao mesmo tempo, beneficiário e alguém do qual o Estado depende para que o conhecimento seja produzido. Temos que nos enxergar como

parceiros. Parece que temos desconfiança de todos. É muita exigência. A flexibilidade é quase zero. Se a gente conseguisse avançar um pouco, já ajudaria muito. A segunda meta é conseguir viabilizar um aumento de recursos à disposição dos programas de fomento. Existem algumas ideias que estão sendo formuladas. Estou buscando alternativas em vários campos e contando com a possibilidade de, daqui a pouco, de algum modo, a gente embarcar numa operação de financiamento internacional. A terceira meta diz respeito à discussão em torno da natureza do fomento, mostrando que algumas práticas tradicionais são menos eficientes e que, para potencializar os resultados, precisamos sair de certa zona de conforto. Às vezes é preciso romper com as práticas tradicionais para perceber oportunidades novas e possibilidades novas em outra área e num outro formato de atuação. Precisamos que a sociedade perceba melhor o impacto da produção científica e tecnológica em sua vida. Como conseguir isso? Se não conseguirmos, não quebramos a relação esquizofrênica entre um discurso bonito sobre ciência e a negligência, o descompromisso com relação ao investimento que precisa ser feito. Essa é uma discussão importante. Acho que podemos, sem prejuízo do valor da ciência e da tecnologia, reconhecer que elas ajudariam muito mais se tivessem a serviço da sociedade.

Adverso - No ano passado, o governo estadual alterou a lei de criação da Fapergs. A mudança propiciou uma maior flexibilidade para a entidade captar recursos por meio de parcerias estratégicas. O

"A burocracia é de tal ordem que, hoje, é quase um pesadelo pedir um recurso à Fapergs, fazer uma execução financeira de acordo com os manuais e, depois, conseguir prestar conta. Eu não pediria dinheiro à Fapergs. A probabilidade de que você faça alguma coisa errada é grande. Há um entendimento da Legislação que não permite nada e que precisa ser cumprido mais do que ao pé da letra."



senhor avalia que esta mudança foi positiva? Por quê? Como a Fapergs pensa em viabilizar estas parcerias estratégicas?

Abílio Afonso - A mudança aconteceu na lei, mas ainda não aconteceu no estatuto. A Fapergs já propôs um novo estatuto adaptado à nova lei para, concretamente, se valer das aberturas e possibilidades que a lei traria. Foi aprovado no Conselho e na Secretaria. Foi encaminhado para a Casa Civil e está trancado lá. Nós ainda não vivemos sobre a égide da nova legislação. Sem o estatuto que regulamenta como podemos nos valer destas novidades, que são muito interessantes nós estamos amarrados. De outra parte, uma possibilidade que se abriu é o governo, enfim, começar a saldar sua dívida histórica com a Fapergs, através da transferência da titularidade de imóveis públicos. Esta estratégia foi muito importante em São Paulo. A Fapesp tinha sido criada na década de 40, também com a vinculação de orçamento, que, como aqui, não acontecia. No começo dos anos 60, o governador Carvalho Pinto assumiu a dívida, transformando-a em valor de imóveis, que foram repassados para à Fundação e permitiram a construção de um fundo de investimento. Hoje, além do orçamento de R\$ 1,2 bilhão, existe um fundo de reserva muito alto, que dá garantia aos programas da Fapesp. Se não houvesse nenhum novo repasse do governo do Estado, ela conseguiria sustentar as suas atividades por, pelo menos,

três anos. A ideia aqui foi um pouco está. O Estado não tem dinheiro do Tesouro, mas tem um prédio, um terreno, que pode se tornar uma fonte regular de recursos para a Fapergs. Eu tenho muitas expectativas, mas ainda estamos presos pelo fato do estatuto não ter sido publicado.

Adverso – Gostaria de deixar alguma mensagem aos professores da Ufrgs, Ufcsa e IFRS?

Abílio Afonso - Os nossos professores-pesquisadores sempre foram os principais defensores da possibilidade de se ter aqui no Estado uma agência de fomento forte. A minha expectativa é que a gente continue contando com a mobilização dos professores, com a mobilização da universidade e, mais ainda, talvez devêssemos aproveitar a oportunidade e reiniciar uma onda de pressão sobre o governo, sobre a assembleia e sobre os nossos parceiros do setor produtivo. Estes também sofrem de esquizofrenia. No discurso, dizem que só vamos sair do buraco se agregarmos valor à produção econômica do Rio Grande do Sul e que isso depende da pesquisa e da inovação. Mas, na hora da verdade, o negócio fica um pouco aquém do que a gente imaginava. Está na hora de retomarmos a mobilização no sentido de fortalecer a Fundação e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do RS. Meu objetivo é procurar os professores para desencadear esta discussão o mais amplamente possível. ■



Perfil

Abílio Afonso Baeta Neves Natural de São Paulo, 65 anos, é formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e doutor em Ciência Política pela Westfälische Wilhelms Universität, de Münster, na Alemanha. Também atuou como pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS (1988-1992), diretor-presidente e científico da Fapergs entre 1987 e 1990, secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (1996-2000) e presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 1995 e 2002. Abílio é professor aposentado da Ufrgs. Atualmente, também é assessor de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento da PUCRS.

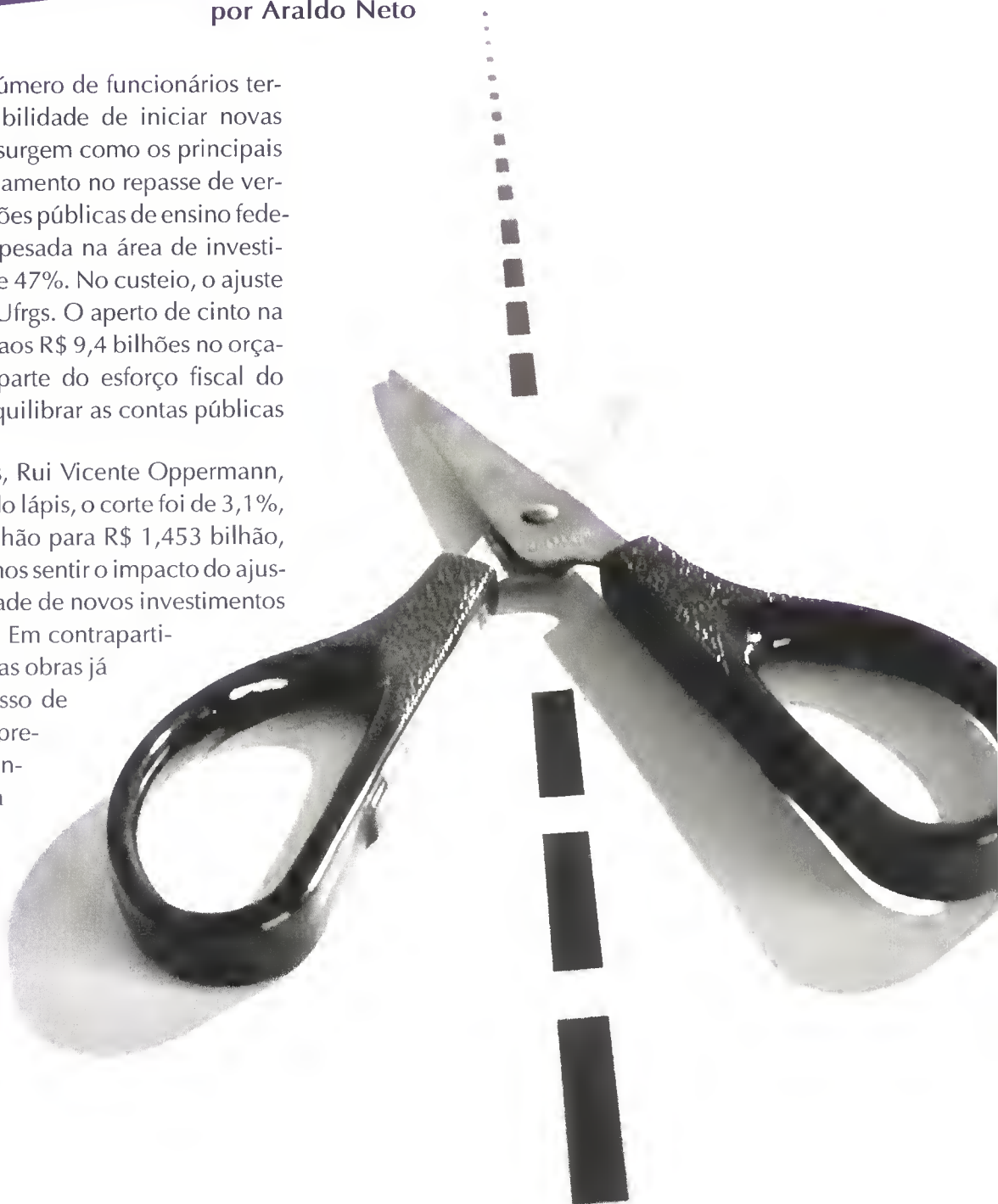
Contingenciamento

UFRGS e IFRS traçam estratégias para enfrentar ajustes no orçamento

por Araldo Neto

O enxugamento do número de funcionários terceirizados e a impossibilidade de iniciar novas obras de infraestrutura surgem como os principais reflexos do contingenciamento no repasse de verbas da união às instituições públicas de ensino federal. A tesoura foi mais pesada na área de investimento, com um corte de 47%. No custeio, o ajuste foi menor, de 7,2% na Ufrgs. O aperto de cinto na educação, que chegou aos R\$ 9,4 bilhões no orçamento da União, faz parte do esforço fiscal do governo federal para equilibrar as contas públicas do País.

O vice-reitor da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, informa que, na ponta do lápis, o corte foi de 3,1%, passando de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 1,453 bilhão, em 2015. “Nós não vamos sentir o impacto do ajuste”, garante. A capacidade de novos investimentos foi a área mais afetada. Em contrapartida, a boa notícia é que as obras já iniciadas ou em processo de licitação não sofreram prejuízos e continuaram sendo tocadas. É o caso da Casa do Estudante e da Biblioteca no Campus do Vale, do novo Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), do Hospital Odontológico e das obras de expansão do Campus Litoral Norte.



Contingenciamento

Oppermann informa que, desde abril, a Ufrgs vem trabalhando para que o corte no custeio represente o mínimo de perturbação no funcionamento da Universidade. Na Ufrgs, a redução foi de 7,2%, o que significa R\$ 16 milhões a menos do valor previsto para o orçamento de 2015. Os terceirizados acabaram sendo os mais penalizados, com cortes na ordem de 20%. Setores de limpeza, manutenção e segurança sofreram redução de quadro, o que gerou uma economia de R\$ 8,9 milhões. “Eu desafio alguém a mostrar, de forma palpável, a diferença no custeio com essa redução. As reduções foram feitas em setores onde poderíamos reduzir”, afirma. Ficam resguardados itens sem possibilidade de redução, como bolsas, diárias, planos de saúde e passagens.

Na Agronomia, por exemplo, o corte nos terceirizados afetou, principalmente, a Estação Experimental de Eldorado do Sul. Quatro dos 17 técnicos de agropecuária foram cortados da Unidade. O diretor da Faculdade de Agronomia, Pedro Selbach, demonstra um pouco de preocupação, já que a Estação depende dos terceirizados. “Está se fazendo uma readequação. Você tem que adequar o prato servido”, afirma. Para o vice RS da União Nacional dos Estudantes (UNE), Giovani Culau, é contraditório neste momento ter um corte de quase R\$ 10 bilhões no orçamento do MEC, enquanto a Ufrgs apresenta problemas de infraestrutura e ineficiência de estrutura. Segundo ele, neste

momento de crise, o País precisa aumentar a taxação das grandes fortunas e mudar a política macroeconômica, para que consiga avançar os investimentos em educação. Ele ressalta, ain-



“As reduções foram feitas em setores onde poderíamos reduzir.”

Rui Oppermann

da, que a redução dos serviços de limpeza, por exemplo, dificulta a utilização dos banheiros no Campus do Vale. Sem ligação direta com o corte nas verbas, Giovani relata que o não funcionamento dos RU's, comprometido também pela greve dos servidores, prejudica a permanência dos estudantes na Universidade.

Segundo Rui Vicente Oppermann, porém, o ajuste é circuns-

tancial e não há nenhum indicativo de medida semelhante por parte do governo para 2016. “Nós estamos aproveitando a crise, a redução e o ajuste, para, nós próprios, nos ajustarmos”, diz o vice-reitor.

Cortes não interferem na expansão do IFRS

O contingenciamento também atingiu o IFRS com o mesmo percentual de ajuste nos novos investimentos (47%). A diferença em relação à Ufrgs é que no orçamento destinado ao custeio da Instituição não houve corte. De acordo com a reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck, o impacto das medidas vai depender muito do planejamento de cada um dos 12 campi em funcionamento. Uma das ações do IFRS, frente ao corte de verba, é concentrar esforços para terminar as obras que estão em andamento. “Não temos a perspectiva de abrir nenhuma frente de trabalho ou nenhuma obra que a gente não possa cumprir ou arcar”, afirma.

No Campus Porto Alegre, a reitora garante que as reformas dos prédios A e B ficarão prontas. No local, serão instalados os laboratórios que ainda estão em operação na antiga escola técnica, que hoje pertence à Ufrgs. “Vamos terminar isso num prazo bastante curto”, informa. Cláudia assegura que as licitações já estão feitas para a conclusão das obras do Campus Restinga e que hoje não há nenhum problema de infraestrutura que afete, diretamente, esta unidade.

A reitora do IFRS ressalta ainda que se, por ventura, algum campus necessitar de incremento de recursos, o problema pode ser sanado internamente através da “parceria em rede”.

Assim, se um campus não



“Podemos nos adequar a esse momento que, temos total convicção, é transitório. Diferente da política que nós tivemos por muitos anos de sucateamento da educação profissional.”

Cláudia Schiedeck

tiver condições de operar todo o recurso, a Instituição irá reorganizar por dentro e repassar o recurso para aquela unidade que pode operá-lo. “A ideia é não devolver recursos, mas usá-

lo da melhor forma possível. Se algum campus precisar de algum tipo de atenção especial, eles terão a medida do que a gente tem disponível”, informa. Se, por um lado, os valores destinados a investimentos sofreram cortes, por outro, os recursos destinados à expansão do IFRS estão assegurados. Com isso, as obras nas novas unidades do IFRS em Alvorada, Viamão, Veranópolis, Rolante e Vacaria continuam sem prejuízo.

A reitora do IFRS admite que o cenário atual não é o ideal, porém está longe de ser catastrófico. Segundo Cláudia, não se pode fazer uma comparação de terra arrasada no que diz respeito à expansão da rede federal ou na questão da qualidade da educação oferecida pelo Instituto. “Podemos nos adequar a esse momento que, temos total convicção, é transitório.

Diferente da política que nós tivemos por muitos anos de sucateamento da educação profissional”, conclui. De acordo com a reitora, o problema da gestão do orçamento está mais atrelado à demora que o Congresso teve para aprovar o orçamento do ano passado do que pelo corte de verbas da União.

Ela informa que o planejamento para 2016 já está sendo executado e que é importante que o orçamento seja aprovado até o fim do ano, o que não ocorreu em 2015. Neste ano, a Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada pelo Congresso apenas em 20 de abril. Com a demora do Congresso, atrasou também a discussão do governo

federal com relação aos cortes que deveriam ser feitos. Desta forma, o orçamento do ano só foi chegar às instituições federais de ensino em julho. “A queda de braço política entre Executivo e Legislativo atrasa e emper-



“Você tem que adequar o prato servido.”

Pedro Selbach

ra o planejamento das instituições educacionais”, lamenta a reitora.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da UFCSPA, a fim de repercutir como o corte na educação afetou a Instituição. Porém, até o fechamento desta edição, não tivemos retorno da solicitação de entrevista. Também tentamos contato com os diretores do IFRS Campus Porto Alegre e Restinga, que preferiram não participar da reportagem. ■

A AVENTURA DE DAR AULA

A reportagem da revista *Adverso* foi conferir in loco, e relata aqui, os problemas de infraestrutura e manutenção que, todos os dias, desafiam a boa vontade de professores e alunos da Ufrgs.

por Araldo Neto

Foto: Lisiane Araújo



Reboco do teto desabou sobre mesa de professora no prédio da psicologia.

Constantemente, a Adufrgs-Sindical recebe relatos de professores, denunciando a situação precária de algumas unidades da Ufrgs. Para buscar entender como a falta de estrutura prejudica o trabalho dos docentes, a reportagem da revista *Adverso* visitou o Colégio de Aplicação, o Instituto de Psicologia e as Faculdades de Agronomia e Veterinária. O diagnóstico foi preocupante. Na Psicologia, os problemas foram potencializados pela interdição do prédio. O ambiente improvisado dos professores conta com salas inadequadas e falta de manutenção no sistema de iluminação e nos banheiros. Na Agronomia, o teto ameaça desabar em um de seus antigos prédios. A criação do novo curso de Zootecnia vem mostrando a urgência para ampliação de espaços físicos. Pouco mais adiante na Avenida Bento Gonçalves, chegamos à Faculdade de Veterinária. Por lá, a situação também é complicada em alguns setores. Professores trabalham em salas improvisadas dentro de laboratórios. Falta espaço para atender todos os alunos no laboratório de Virologia, por exemplo. Nossa última parada foi no Colégio de Aplicação da Ufrgs. A demora no atendimento para os pedidos de manutenção incomodam os professores. Algumas solicitações demoram mais de dois anos até serem atendidas (quando o são). É o caso das quadras poliesportivas do colégio, que sofrem com a falta de pintura e também com a ação de aves que fizeram ninhos na estrutura do telhado. Além disso, o colégio sofre com problemas de telefonia e de rede elétrica. Confira, nesta reportagem, os problemas apresentados pelos professores nestas quatro unidades da Ufrgs.



PSICOLOGIA

Prédio interditado e salas improvisadas

Análise técnica constatou riscos de novos desabamentos

Desde que o prédio da Psicologia da Ufrgs foi interditado, no fim do ano passado, os professores do curso enfrentam graves problemas para desenvolver suas atividades. Parte dos docentes foram realocados para o anexo saúde 1, que fica ao lado da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico). Pouco mais de 20 professores ficam divididos em três salas improvisadas. Como o espaço é pequeno, os docentes precisam dividir os horários para poder receber ali os alunos de pós-graduação e grupos de pesquisa. A coordenadora do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade, professora Lisiane Araújo, afirma que o espaço onde trabalha é sobreutilizado. "São mais de 500



Veja o vídeo

pessoas utilizando três salas. O que vai acontecer com a maçaneta se 500 pessoas abrirem a porta ao longo de um ano?", ilustra. O local inadequado para o trabalho da professora é apenas um dos problemas enfrentados. O prédio apresenta inúmeros outros problemas de conservação. Um deles é a falta de iluminação no corredor que dá acesso às salas dos professores. Lisiane informa que desde que ela foi realocada para o prédio, o espaço está sem iluminação. "Eu nem noto mais. A gente acostuma a viver nestas condições", desabafa. As más condições também são observadas nos banheiros. Dos três vasos

sanitários do banheiro feminino do 3º andar, apenas um está disponível. Os outros dois seguem interditados há meses. Recentemente, o entupimento das calhas ocasionou alagamento do prédio. Segundo Lisiane, dois professores fizeram a limpeza com rodos em um sábado, já que a Superintendência de Infraestrutura (Suinfra) havia informado que não tinha pessoal para realizar o serviço.

A interdição do prédio da Psicologia, também utilizado pela Medicina, aconteceu em dezembro de 2014, depois que parte do reboco do teto desabou sobre a mesa de uma professora. Por sorte, ela não estava no local. A partir de análise de engenheiros e arquitetos da Ufrgs, constatou-se que o prédio tinha risco de

novos desabamentos.

Desistência de empreiteiras atrasou reformas

De acordo com o vice-reitor da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, logo após a interdição foi feita uma contratação emergencial de uma empresa para realizar a reforma, mas a empresa desistiu da obra já no primeiro mês. “Isso é a pior coisa que pode acontecer”, admite o vice-reitor, pois a universidade, por força da lei, teve que abrir uma nova licitação. Mais uma vez, houve desistência por parte da empresa vencedora, o que gerou mais de meio ano de demora na execução da obra. A situação obrigou a universidade a mudar a estratégia. Assim, a recuperação do prédio, finalmente, foi iniciada com recursos próprios. “Neste momento, tenho certeza que a obra vai terminar dentro

de prazos estabelecido”, promete Oppermann. A previsão é que a obra seja entregue em setembro.

Mas será que a ocupação do prédio será suficiente para solucionar os problemas dos professores da Psicologia?

Lisiane Araújo assegura que não. Ela informa que, antes da interdição do prédio, professores e laboratórios estavam aglomerados. Por essa razão, havia sido encaminhado um pedido para a direção da Ufrgs sobre a necessidade de mais oito salas para laboratório na Psico-



Lisiane: antes da interdição, professores já reivindicavam mais oito salas de aula

feito. Araújo informa que dois laboratórios coexistiam na mesma área física em que atuava no prédio atualmente interditado. “Eu vou voltar para a mesma realidade, onde eu dava supervisão aqui deste lado da mesa e minha colega dava supervisão do outro lado”, afirma.

VETERINÁRIA

Quem levanta, perde o lugar para trabalhar

Desperdício, falta de espaço e risco de contaminação tornam trabalho improdutivo

O professor Cláudio Canal, chefe do Laboratório de Virologia Veterinária da Ufrgs, precisa fazer malabarismo para acessar sua mesa de trabalho. A sala tem em torno de 1,50m de largura, espaço que está longe de ser considerado satisfatório. Para conseguir sentar em frente ao seu computador, o professor precisa passar de lado no único espaço que resta entre a mesa e a divisória. Mas a sala apertada é

apenas um detalhe quando se observa que ela está situada dentro do laboratório de virologia veterinária, o

que, no mínimo, “não seria desejável”, de acordo com Cláudio. “É difícil trabalhar nestas condições. Não é agradável e, muitas vezes, não é produtivo”, admite. As más condições de



Veja o vídeo



Cláudio Canal: trabalho de uma semana pode demorar três meses



Para reduzir infestação de cupins, professora retirou as portas dos armários do laboratório, onde as baratas também são um problema

trabalho passam pelo desperdício de tempo e de material, e também pela falta de espaço para abrigar alunos de pós-graduação, doutorado e pós-doutorado. Como exemplo, Canal cita a necessidade de um ambiente limpo e sem poeira para o cultivo de células. Sem estas condições, aumenta o trabalho, pois há a necessidade de repetir experimentos. “Aquilo que, numa estrutura adequada, levaria uma semana, aqui pode contar uns três meses, pelo menos”, compara. Dentro do laboratório também há uma sala muito pequena destinada aos alunos. O professor Cláudio Canal conta que chega a atender 17 pessoas neste ambiente reduzido. “Muitas vezes, quem levanta perde o lugar para trabalhar. O trabalho se torna muito improdutivo”, lamenta. Com todas estas dificuldades, a porta perfurada pelos cupins é apenas um sinal da situação precária deste setor.

ação precária deste setor.

A professora Ana Paula Ravazzolo, chefe do laboratório de imunologia e biologia molecular, também convive diariamente com os problemas de falta de estrutura adequada na Faculdade de Veterinária da Ufrgs. Sua sala de trabalho fica dentro do laboratório, onde as baratas são um dos problemas. Cansada de relatar a situação para a Suinfra, a professora retirou as portas dos armários do laboratório como forma de reduzir a infestação. Ana Paula também se queixa da falta de profissionais para auxiliar nas tarefas do laboratório. Ela revela que perde muito tempo lavando as pipetas do laboratório. Tempo que poderia ser utilizado para atividades mais pertinentes à atividade docente. “Nos dias em que tenho que lavar pipeta, eu deixo de fazer um experimento, de orientar um aluno ou de preparar uma aula. Não há profissionais para

fazer isso”, lamenta.

Na visão da professora Ana Paula Ravazzolo, há problemas na gestão dos recursos da universidade. Como exemplo, ela cita a falta de equipamentos em várias unidades da Ufrgs, ao mesmo tempo em que existe outros em duplicidades, o que não seria necessário. Segundo a professora, a situação acontece pelos prazos curtos para a utilização de verbas liberadas e também pela falta de comunicação entre setores da universidade. “Talvez alguns equipamentos que existem aqui na Veterinária ou em qualquer outro local tenham sido fruto dessa urgência. Talvez aquele professor que comprou um equipamento x, não sabia que tinha o mesmo equipamento em outro setor. É um conjunto de fatores sobre os quais nós devemos nos debruçar para resolver o problema de infraestrutura”, destaca.

Com o objetivo de otimizar os recursos para o Departamento de Patologia Clínica Veterinária, Ana Paula Ravazzolo, juntamente com o professor Cláudio Canal, propuseram para a Ufrgs a criação de um laboratório multiusuários, para atender diversos setores e disciplinas do curso de Veterinária. Porém, o projeto desenvolvido e proposto pelos professores não foi aprovado pela Universidade. A ideia seria aprimorar uma sala precária, que já é utilizada como laboratório pelos alunos de virologia, imunologia, micologia e patologia. A professora afirma que seria necessário melhorar a parte elétrica e providenciar a troca do piso de parquê, que não é aceito para nenhum tipo de atividade laboratorial. “A nossa sala não tem a estrutura elétrica

adequada para os equipamentos que dispomos. Recentemente, um dos equipamentos estragou, porque a instalação elétrica não era adequada”, informa Ravazzolo. A professora refere-se a um freezer que atinge -80°C , utilizado para a conservação de vírus e materiais biológicos, que necessitam ser mantidos nesta temperatura. Há outros dois freezers em funcionamento no laboratório improvisado. Enquanto não chegam os recursos para o conserto do equipamento estragado, ele repousa no corredor do prédio. Outro equipamento, um termociclador, que faz o diagnóstico de infecções por vírus em animais, passa pela mesma situação. Não há recursos para o conserto. “Temos um grande número de mestrandos, doutorandos e

alunos de graduação que utilizam esses equipamentos. No momento que um deles fica fora de uso, todos esses alunos sofrem consequências nos seus projetos e nos seus estudos”, admite. A professora Ana Paula afirma que acaba trabalhando em condições precárias para não parar. Ela destaca que já foi obrigada a recusar convite de um pós-doutorando para desenvolver trabalho porque não tinha nem mesmo condições de recebê-lo em sua sala. “É uma situação que o País perde em todos os sentidos, porque eu mesma recebi bolsa do governo federal e voltei com a disposição de repassar o conhecimento, mas se eu não tenho condições? É uma encruzilhada. É uma situação muito complicada”, desabafa.

AGRONOMIA

Mais demandas, menos espaço

Prioridade é a reforma do “castelinho”, prédio histórico da Agronomia, e ampliação da estrutura física que, desde 2012, divide espaços com o novo curso de Zootecnia.



Professor Bissani e Lúcia: preocupação com destruição de prédio histórico

A reforma do prédio conhecido como “castelinho” é a obra mais urgente a ser feita na Faculdade de Agronomia da Ufrgs. O antigo prédio sofre com a ação de cupins. É possível observar sinais da destruição provocada pelos insetos nas portas e divisórias. O forro de uma das salas ameaça ceder. A professora Lúcia Brandão Franke, chefe do Departamento de Plantas Forrageiras e agrometeorologia, afirma que trabalhar no prédio nestas condições gera insegurança.



Veja o vídeo



Com a ação dos cupins e ameaça do forro ceder, "castelinho" subiu para topo da lista de prioridades

Ela lembra que outro prédio do seu Departamento precisou ser totalmente reformado após o forro vir abaixo. "O meu medo é que isso possa acontecer neste prédio", diz. O episódio relatado pela professora aconteceu no prédio 41104, cuja reforma foi terminada em maio deste ano, de acordo com o site da Suinfra.

A falta de espaço físico é, hoje, a dificuldade de infraestrutura que a Faculdade de Agronomia enfrenta. A demanda tem justificativa no aumento de vagas para o curso e na criação do novo curso de Zootecnia, em 2012. O vice-diretor da Faculdade de Agronomia da Ufrgs, Carlos Alberto Bissani, aponta

que há a necessidade de ampliação do prédio de horticultura e silvicultura. Segundo ele, há cerca de 10 anos, a obra foi executada pela metade e, hoje, concluí-la é vital para atender a crescente demanda. A direção da Faculdade também considera prioridade a ampliação da estrutura física dos Departamentos de Solos e de Zootecnia, que dividem uma área que se tornou pequena para comportar as duas estruturas. O professor Paulo Cesar Nascimento acredita que a ampliação do prédio do Departamento de Solos, onde trabalha, resolveria o problema, mas é pouco otimista com relação à urgência na realização

da obra. "Infelizmente, esse é um projeto que está na fila de espera", lamenta. O diretor da Faculdade de Agronomia, Pedro Alberto Selbach, esclarece que todas essas demandas já foram colocadas como prioridade, no ano passado, e repassadas à Suinfra. Porém, de acordo com ele, apenas "as prioridades das prioridades" serão atendidas pela Ufrgs em 2015, devido ao contingenciamento de verbas repassado pelo governo às universidades federais. "Nós temos a necessidade de novas áreas. Existem os projetos, ao menos em nível de anteprojeto, que já estão na Suinfra", informa o diretor.



COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Até o que é bom, fica ruim!

**Salas receberam ares condicionados,
que não podem ser ligados porque
sobrecarregam a rede elétrica.**

A demora no atendimento dos pedidos de manutenção atrapalha a vida de professores e alunos do Colégio de Aplicação da Ufrgs. O professor de Educação Física, João Vicente Silva Souza, precisou esperar dois anos para que os postes da rede de vôlei fossem pintados. Quando a Suinfra, enfim, atendeu a ordem de serviço, João Vicente já havia esquecido a solicitação que fizera. Outras demandas já completaram aniversário de anos e ainda nada de serem atendidas. As goteiras da quadra poliesportiva é um exemplo.



Veja o vídeo

João Vicente: aula precisa ser interrompida
para lavar as mãos e materiais esportivos



Mas se engana quem pensa que sair molhado da quadra coberta durante as aulas de educação física é o único problema dos alunos do Colégio de Aplicação. Além de driblar seu colega com a bola, o aluno também precisa ficar esperto para não ser atingido pelas fezes de pombas e caturritas que fazem ninho na cobertura. “Às vezes, temos que interromper a aula para lavar as mãos e os materiais que estamos usando, porque o chão fica imundo”, relata o professor. A retirada dos ninhos dos pássaros foi solicitada há mais de dois anos e até agora não foi atendida. Ao lado da quadra coberta, a quadra esportiva descoberta também aguarda por reparos emergenciais. O aro da tabela de basquete está por cair, oferecendo risco às crianças. O piso apresenta muitas rachaduras, um reflexo da ação do tempo. A pintura, que ajuda a proteger o piso, foi iniciada por três empresas terceirizadas, mas ainda não foi concluída. João Vicente informa que o Colégio de Aplicação gastou R\$ 8 mil em tintas, que estão a ponto de vencer o prazo de validade.

Os problemas do Aplicação vão muito além das quadras esportivas. A sala de teatro convive com as goteiras. De acordo com João Vicente, o piso foi trocado há pouco mais de um ano, pois estava mofo devido à umidade. Mas como o problema das goteiras não foi solucionado, o novo piso já está se danificando. No meio de tanta coisa ruim, uma boa notícia: algumas salas do Colégio de Aplicação receberam ares condicionados splits, que já estão instalados. Os equipamentos, porém, não

podem ser ligados, porque sobrecarregam a rede elétrica, que precisa ser trocada. O sistema de telefonia também está danificado. De acordo com o professor João Vicente, o Departamento de Educação Física está há dois meses sem telefone. Sempre que chove ou quando o tempo está úmido, os telefones param de funcionar. “Eu tenho um projeto de extensão. Coloquei cartazes na Bento Gonçalves (avenida) com o número de telefone do Departamento. Resultado: eu não recebo nenhum telefonema”, revela o professor, mostrando como a falta de estrutura prejudica o seu trabalho.

Para avaliar a extensão dos problemas, professores, técnicos administrativos e alunos do Colégio de Aplicação elaboraram um dossiê, que foi entregue ao reitor no mês de julho. Depois disso, engenheiros da Suinfra passaram a elencar as urgências e algumas melhorias foram executadas na parte elétrica e nos banheiros. Agora, o grupo de professores que está mobilizado espera que a reitoria apresente um cronograma de obras.

Segundo o professor João Vicente, grande parte dos professores do Colégio Aplicação esteve em paralisação por causa dos problemas de estrutura na Instituição. “Não dá mais para aguentar. Não queremos deixar cair demais o padrão. Daqui a pouco, nós não vamos nos reconhecer como uma escola de aplicação de uma universidade federal e sim como uma escola pública que fica largada. Há escolas públicas com infraestrutura precaríssimas e nós estamos nos encaminhando para isso”, adverte.

Suinfra

Serviços de manutenção foram afetados por demora na contratação de empresa

A Superintendência de Infraestrutura da Ufrgs (Suinfra) explica que os transtornos ocasionados pela falta de manutenção foram motivados pela dificuldade de contratação de uma empresa terceirizada para realizar o serviço. “Foram 110 dias sem nenhuma pessoa, nem para fazer troca de lâmpada”, informa o superintendente de Infraestrutura, professor Alberto Tamagna. Antes destes 110 dias, a universidade recorreu a contratos emergenciais, mas as empresas contratadas não conseguiram agregar, em sua totalidade, o número de funcionários terceirizados necessários à realização do trabalho. Outra forma de fazer a manutenção é através de atas de registro de preços para serviços específicos. Esta modalidade, porém, não esteve disponível de janeiro a maio. Tamagna informa que uma empresa de manutenção já foi contratada no início de agosto. “As duas modalidades já estão em pleno funcionamento. O acúmulo de ordens de serviço é muito grande. As equipes estão aten-



Tamagna (à direita) diz que trabalho foi retomado e orienta professores com relação aos problemas relacionados à estrutura e manutenção.

dendo o que é emergencial, ou seja, iluminação, banheiros e calhas”, informa.

Psicologia

Segundo a Suinfra, os problemas nos banheiros e iluminação no prédio Anexo Saúde I tem relação direta com a falta de pessoal de manutenção. No momento, toda a iluminação está sendo substituída por lâmpadas de LED, que gastam menos energia e têm maior durabilidade. No prédio interditado da Psicologia, o reboco do teto foi retirado e a rede elétrica está sendo trocada, também com a instalação de lâ-

mpadas de LED. A projeção da Suinfra é que a obra no prédio seja entregue no início de novembro.

Agronomia

Alberto Tamagna informa que cada unidade enviou para a Suinfra as prioridades com relação a obras e reformas de infraestrutura. Na Agronomia, somam-se 16 solicitações. “Pelo o que estou vendo agora, o prédio do Castelinho passou a ser prioridade um. Se isso for confirmado pelo diretor, será a primeira intervenção a ser feita na Agronomia”, destaca. O superinten-



Prédio de salas de aula: últimos retoques

dente lembra que se alguma estrutura oferecer risco basta comunicar à Suinfra. “Nós mandamos na hora algum técnico para verificar”, aponta. Sobre a demanda por mais espaços físicos, Tamagna afirma que não se pode criar algo na unidade caso não tenha infraestrutura disponível para atender. “A infraestrutura demora anos para ser estabelecida. Por isso, quando se planeja coisas novas, deve-se planejar como vai ser essa infraestrutura. Isso é fundamental”, destaca.

Veterinária

Na Faculdade de Veterinária, as obras no esgoto cloacal e uma ligação pavimentada entre Centro de Diagnósticos e Pesquisa em Patologia Aviária (CDPA) e o Hospital Veterinário estão em andamento. Também estão sendo feitas melhorias na rede elétrica, para que não se tenha queda de energia. Segundo a Suinfra, os problemas relacionados aos laboratórios e salas de professores devem ser informados à direção de cada unidade. “A questão de espaço deve ser manejada, primeiramente, dentro da unidade”, revela o

diretor. Com relação à existência de baratas e outras pragas, Alberto informa que há um registro de preços vigente, que a unidade pode solicitar, empenhar e dedetizar. “É só o professor solicitar e a unidade executar. A Suinfra sempre mantém um registro de preço vigente para dedetizar laboratórios da Universidade”, afirma. Já o conserto de equipamentos não está entre as responsabilidades da Suinfra.

Colégio Aplicação

Há um planejamento de reforçar a subestação do Colégio Aplicação. Novos alimentadores e uma revisão geral da rede elétrica já estão em execução. “Não adianta a unidade comprar muitos ares condicionado sem falar com a Suinfra para saber se há carga elétrica para ligá-los”, pontua. Está prevista, para o Colégio de Aplicação, a troca da iluminação por lâmpadas de LED. Problemas de rachaduras e goteiras serão sanados com o retorno da empresa prestadora de serviços de manutenção. A Suinfra informa que já enviou um biólogo para tratar do problema dos ninhos de caturritas

e pombas na quadra de esportes. Segundo o superintendente, já foram enviados ao colégio as especificações de telas para serem compradas para solucionar o problema. Com relação à rede de telefonia, ela está sendo migrada, “com parcimônia”, do sistema analógico para a rede digital estruturada.

Prédio de salas de aula: retoques finais

Além do prédio da Psicologia, o prédio de salas de aula, no Campus Centro, também está interditado desde outubro de 2014. A edificação foi entregue pela construtora com irregularidades, que passavam por fissuras, trincas, rachaduras em paredes e tetos, deslocamento de revestimento externo, problemas estruturais na escadaria central e na escada protegida de incêndio. Segundo o vice-reitor da Ufrgs, Rui Vicente Oppermann, uma nova empresa já está realizando as correções finais no prédio. “Nós temos a expectativa que o prédio será entregue ao longo deste semestre. Isso vai liquidar a questão de espaço para as salas de aula”, anuncia.

Avaliação institucional ainda é desafio para Ifes

Sistema focado na melhoria da qualidade das atividades e de infraestrutura do ensino superior exige esforço que vai além da coleta de dados junto à comunidade acadêmica

por Adriana Lampert

Vencida em partes, a implementação da cultura da avaliação institucional entre docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos ainda é um desafio para gestores de universidades e institutos federais em todo o País. Na Ufrgs, a resistência inicial, que até há pouco tempo se concentrava, principalmente, entre os alunos, vem cedendo espaço a uma adesão mais encorpada deste público nas pesquisas.

No segundo semestre do ano passado, o volume de participantes ultrapassou 60% dos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação das 28 unidades universitárias, triplicando os índices registrados no final de 2013 e em anos anteriores. Em dezembro, a avaliação dos docentes pelos discentes contabilizou 79.861 respostas, de um universo de 108.956 matrículas, atingindo o índice de 73% de participação. Já a autoavaliação docente alcançou um percentual de 69,45%.

De um total de 2.553 professores, que ministraram atividades na graduação, 1.773 responderam ao questionário, totalizando 4.650 respostas. Esta média se repetiu nas consultas do primeiro semestre de 2015, que encerraram na segunda semana de agosto.



Vinculada ao gabinete do Reitor, a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI/Ufrgs) – órgão da Administração Central, com status de Pró-Reitoria – vem desenvolvendo, constantemente, ações para aumentar a participação da comunidade acadêmica nas pesquisas. “Temos trabalhado para melhorar a interface com os estudantes, a fim de motivá-los a preencher o questionário”, afirma o titular da SAI, professor Daltro Nunes. Outra medida foi reduzir pela metade o número de questões (até três semestres atrás, eram 25 indicadores), para tornar o processo mais ágil, uma vez que os estudantes avaliam mais de um professor.

Atualmente, são apresentadas 11 perguntas padronizadas (indicadores de qualidade) aos alunos, para que estes sinalizem como estão sendo trabalhados pelos professores durante o processo de ensino que os prepara para ingressar no mundo do trabalho. A avaliação é feita no final de cada semestre e enviada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade, que faz um diagnóstico e comunica aos gestores de cada faculdade ou departamento quais são as fragilidades e problemas que demandam providências. Esta comunicação é formalizada em um encontro com a Administração Central, como o realizado no dia 30 de junho, quando a

CPA apresentou os resultados do processo realizado em 2014/02. A sessão foi prestigiada pelo reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto e pelo vice-reitor, Rui Oppermann, além de pró-reitores e secretários. “Onde há necessidade, efetivamente tem ocorrido ações de melhoria da qualidade, que estão sendo executadas com bons resultados”, garante o professor Daltro Nunes, que além de ser o secretário de Avaliação Institucional, ainda integra a CPA.

Responsável pelos ajustes dos questionários e pela extração dos dados a serem utilizados na aplicação das estatísticas, o analista de TI da SAI/Ufrgs, Jordário Reck Behenck, pondera que o sistema

As 10 dimensões da avaliação nas Ifes

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabelece, em seu artigo terceiro, que os objetivos da avaliação da educação superior devem considerar obrigatoriamente dez dimensões institucionais. São elas:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária

nos processos decisórios;

7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
9. Políticas de atendimento a estudantes e egressos;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Já em seu artigo 11, a mesma legislação estabelece os prazos e regramentos para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), definindo que esta Comissão, além das obrigações de atender solicitações de informações ao INEP, possui atribuição de “condução dos processos de avaliação internos da instituição”.

de questionários para a comunidade acadêmica ainda está “engatinhando”. “Aos poucos, estamos melhorando o processo, e gradualmente a avaliação institucional está crescendo na Universidade. Até o ano passado, tínhamos apenas um instrumento de avaliação”, observa. Iniciada em 2006/02, a pesquisa que coleta respostas de alunos de graduação sobre o trabalho dos professores é a mais antiga. Em 2014, a SAI – que também é o órgão executor das demandas da CPA – implementou a autoavaliação docente, tendo aplicado questionários em 2014/01 e 2014/02. Mas ainda falta muito para o cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), obrigatório em todas as universidades públicas e privadas do País.

Nunes admite que, das dez dimensões estipuladas pela Legislação, somente o ensino, a pesquisa, a extensão e o pós-graduação contam com a avaliação de toda a comunidade acadêmica da Ufrgs. “Estamos caminhando para ampliar a metodologia do questionário para todos os clientes em todas as áreas demandadas, mas provavelmente só alcançaremos esta meta em cinco anos”, calcula. Os demais tópicos têm sido contemplados a partir de relatórios de autoavaliação das pró-reitorias de todas as unidades, com o objetivo de suprir a CPA com informações que viabilizem a construção de um documento descritivo completo de ava-



liação institucional no âmbito de toda a Universidade, que deve ser enviado anualmente (sempre até 31 de março) para o Ministério da Educação (MEC).

Padronização dos indicadores é alvo de críticas

No início de agosto, a SAI se utilizou da home page da Ufrgs para enviar uma mensagem a alunos e professores, informando que o prazo final para o preenchimento dos questionários de avaliação do ensino, referente ao primeiro semestre de 2015, estava sendo prorrogado do dia 3 para o dia 9. Os resultados das pesquisas por departamento, unidade e cursos da Universidade, por sua vez, estão sendo disponibilizados no Painel da Qualidade (www.ufrgs.br/sai/dados-resultados/painel-da-qualidade). No entanto, ainda há incertezas por parte da comunidade acadêmica sobre a eficácia da ferramenta de avaliação e a transparência na divulgação dos resultados.

Para alguns docentes, o maior

problema está no modo como é coletada a opinião dos estudantes sobre o trabalho desenvolvido pelos professores na Universidade. “A reclamação é de que a pesquisa se utiliza de critérios genéricos para avaliar a qualidade do ensino”, informa o professor Associado do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina (Famed), Ricardo Savaris, que coordena o Núcleo de Avaliação da Unidade (NAU/Famed). A missão do grupo liderado por Savaris é a mesma dos demais NAUs: ajudar a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade a detectar possíveis fragilidades nos cursos e nas estruturas de cada departamento ou faculdade a que respondem, para, posteriormente, solicitar aos gestores que sejam tomadas providências para melhorar a qualidade onde houver carências.

Quanto às queixas a que se refere o coordenador, não se estendem às autoavaliações realizadas pelos docentes, nem ao

processo de relato da realidade interna de cada unidade, que atualmente é realizado pelos pró-reitores com base nas dez dimensões estipuladas pela Lei do Sinaes, para o envio de relatório ao MEC. A crítica é voltada ao questionário aplicado entre os alunos, com foco na análise da eficiência e qualidade do ensino aplicado.

Savaris, que integra a diretoria da Adufrgs-Sindical, informa que o NAU da Faculdade de Medicina realizou, recentemente, uma pesquisa entre graduandos do 9ª e 10º semestre, doutorandos e professores da Unidade, para ouvir a opinião destes três grupos sobre a adequação do sistema implementado pela SAI em toda a Universidade. A maioria (69,2%) dos participantes da pesquisa considera inadequada a forma padronizada como é aplicado o questionário. Na Famed, os estudantes passam por uma quantidade variada de professores de uma disciplina em algumas semanas, sem conseguir lembrar com detalhes do procedimento de aulas de cada docente, justifica Savaris. "Acontece, inclusive, dos estudantes terem de avaliar alguém que sequer conhecem, o que torna esse método de grade muito ineficaz", observa.

Na opinião do coordenador do NAU da Medicina, os indicadores de qualidade aplicados deveriam ser menos burocráticos. "As perguntas, quando respondidas, precisariam informar se o que foi ensinado em sala de aula con-



Savaris: método de grade pode ser muito ineficaz

tribuirá para que o estudante se torne médico (no caso de alunos da Famed)", sugere o professor. Ele acredita que da forma como são abordados os aspectos de avaliação, está havendo margem para a subjetividade, no espaço onde a avaliação deveria ser objetiva. "Como nem sempre todos os alunos participam do processo, suponhamos que ocorra de apenas um único estudante preencher parecer sobre um determinado docente, e que este se decida por dar uma nota ruim ao avaliado. Isso prejudicará a progressão da carreira deste professor", exemplifica.

Na contramão, o vice-secretário de Educação à Distância (EAD) da Ufrgs e integrante da CPA, Silvestre Novak, comenta que a última avaliação realizada evidenciou uma "alta expectativa da comunidade acadêmica quanto aos resultados auferidos", o que, segundo ele, constitui um bom indicador do comprometimento com processo

avaliativo. "Acredito que o trabalho de sensibilização e esclarecimento quanto à importância da avaliação institucional favoreceram este processo, não somente despertando o interesse, como também construindo uma relação de confiança quanto aos procedimentos adotados e os objetivos propostos, balizados na impessoalidade e na preservação da identidade dos respondentes." Da mesma forma, a livre adesão à pesquisa constitui um pressuposto que certamente contribui para maior fidedignidade dos dados, conclui o professor.

Novak afirma que, nesse contexto, a comunicação dos resultados da avaliação pela CPA se traduz em um importante feedback a quem interessar possa, na medida em que "sinaliza que a mensagem foi bem compreendida, propiciando repercussões positivas no aprimoramento dos processos, no desenvolvimento institucional e na melhoria da qua-

lidade do ensino". Para o vice-secretário de EAD, o melhor cenário passa pelo constante desenvolvimento de uma cultura da avaliação, com a criação de canais de interação com a comunidade acadêmica que permitam o desenvolvimento de competências avaliativas em todas as instâncias. "Isso deve ser feito de forma participativa, através de uma visão sistêmica, como estratégia de longo prazo", defende.

Parecer espontâneo dos alunos engloba aspectos de infraestrutura

Além das 11 questões objetivas, o questionário de avaliação do docente pelo discente aplicado na Ufrgs mantém espaços abertos para comentários espontâneos sobre cada aspecto analisado. No último levantamento, a CPA analisou 9.818 manifestações livres de alunos e 1.342 da autoavaliação docente. "O parecer permitiu mapear importantes pontos de interesse que necessitam de atenção", considera a professora Titular do Laboratório de Materiais Dentários (Lamad), da Faculdade de Odontologia, Susana Samuel. Na média geral dos questio-

nários da avaliação discente, a nota foi de 4,34 em uma escala de 1 a 5, enquanto a média geral da autoavaliação docente se obteve nota 4,69 – sendo que a média geral foi de 4,51.

O interessante é que mesmo que o questionário se disponha a avaliar "apenas" o ensino de forma objetiva, os estudantes aproveitaram os espaços abertos para se referir a outros aspectos da rotina dentro da Universidade. Neste sentido, foram abordadas observações a respeito da infraestrutura e serviços, acesso às redes sociais e a laboratórios, disponibilização de aplicativos para tablets e smartphones, instalação de softwares específicos, bibliotecas (espaço físico, horários, envio online de TCCs, dissertações e teses, e sistema automatizado de pagamentos de multas), capacidade e infraes-

trutura das salas de aula, segurança, atendimento nos Restaurantes Universitários (RUs), e até condições dos banheiros. No âmbito das questões acadêmicas, entraram na lista aspectos como currículo, avaliação, metodologia e didática, conteúdos, atitudes do docente, dentre outros. Já os comentários emitidos no processo de autoavaliação docente mencionaram aspectos como infraestrutura, gestão, currículo, jornada de trabalho, aprimoramento profissional, e fluxo de informações.

Novak, acredita que, na medida em que a avaliação institucional mantém consonância





com as dimensões previstas no Sinaes e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), naturalmente os resultados despertarão grande interesse nos gestores. “A visibilidade dos resultados da avaliação adquire cada vez mais relevância para a Ufrgs, que é a universidade melhor avaliada pelo terceiro ano consecutivo (considerando as notas do IGC, que compõem os indicadores de qualidade da Educação Superior) e a qual se coloca o desafio não somente de manter o posicionamento no cenário nacional, como também de avançar no contexto internacional.”

Meta é aplicar outros três questionários até 2016/01

Este ano, além dos instrumentos de autoavaliação do docente e da avaliação de docentes pelos discentes de graduação e de pós-graduação,

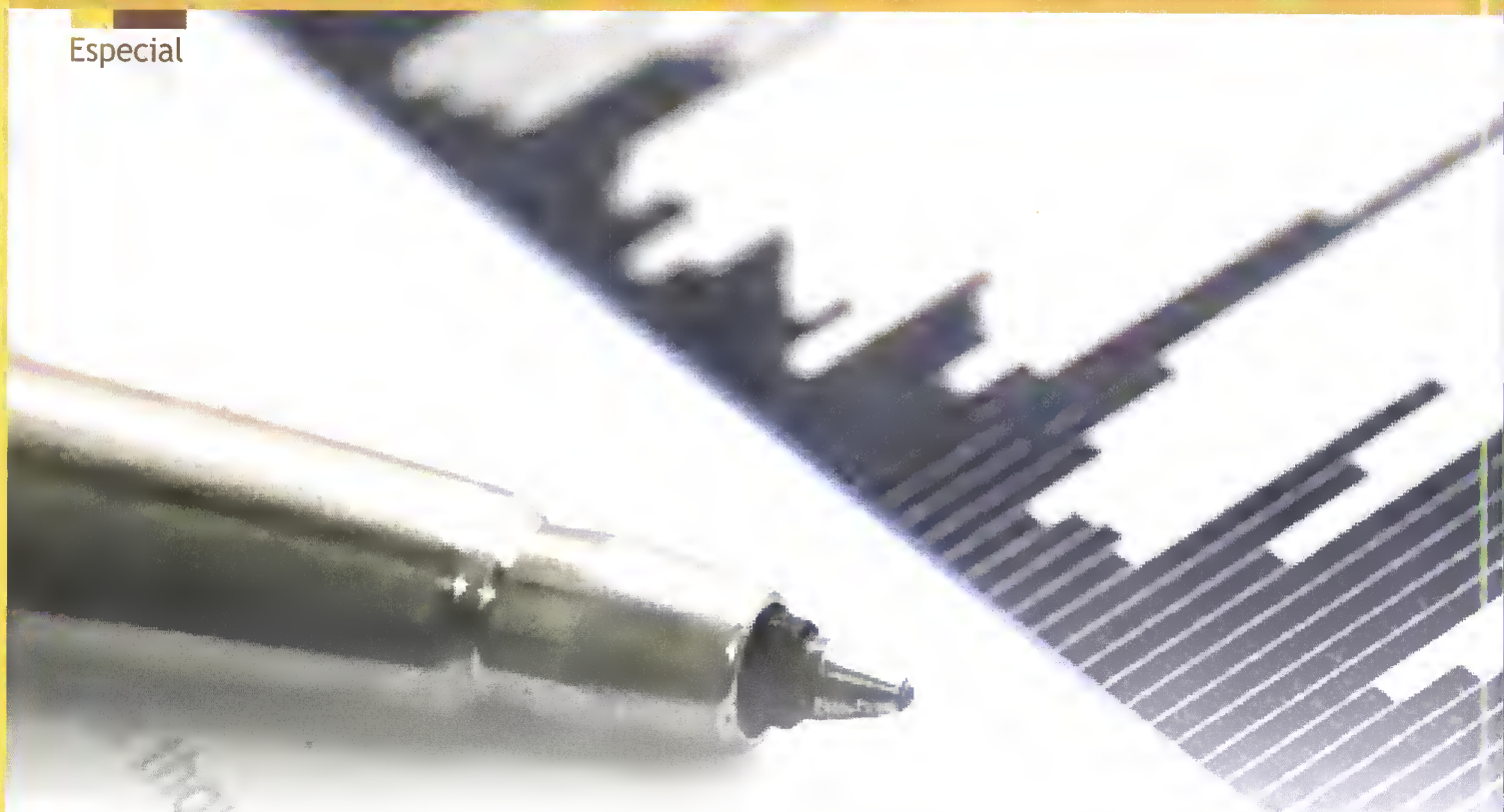
deverá ser aplicado um novo questionário ainda no segundo semestre, informa o professor do Instituto de Informática e presidente da Câmara de Graduação (Camgrad/Ufrgs), João Netto. Integrante da CPA, ele informa que está em desenvolvimento um questionário específico para os egressos, que deve passar a ser aplicado no segundo semestre deste ano. Na lista de novos indicadores ainda constam um questionário de avaliação do processo de gestão acadêmica (que será anual) e outro específico para análise da infraestrutura da Universidade, ambos previstos para o primeiro semestre de 2016.

O professor do Instituto de Informática e secretário da SAI, Daltro Nunes, explica que o ritmo de implementação de questionários de avaliação junto à comunidade acadêmica tem sido lento devido à falta de

recursos humanos. “Temos apenas um estatístico e um analista de sistemas para fazer todo o levantamento”, explica o docente.

Nos planos da CPA, também há intenção de criar um instrumento de avaliação para ser aplicado entre os alunos de cursos de educação à distância. “Iremos precisar de pelo menos mais oito questionários para cumprir as dez dimensões estipuladas pela Lei do Sinaes, que atualmente contemplamos de forma limitada, através de autoavaliação de pró-reitores, de forma que tenhamos também a visão do cliente da Universidade: alunos professores e técnicos. Assim, poderemos avaliar de forma mais ampla e propor ações de melhorias na Instituição.”

Ainda entram no rol de pareceres, o desempenho dos estudantes, que é coletado via



banco de dados da Ufrgs, e os relatórios enviados pelos Núcleos da Avaliação de Unidade (NAUs), que apresentaram resultados de estatísticas aos gestores, no âmbito das Unidades Acadêmicas, referente a cada curso. Periodicamente, os NAUs promovem reuniões com as direções de suas respectivas Unidades Acadêmicas, onde participam diretores, chefes de departamentos, coordenadores de Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), coordenadores de comissões de graduação, de extensão e de pesquisa, e demais setores. Tudo isso, para ajudar a CPA a ter um raio X do que acontece na Universidade.

O fato é que o processo de avaliação é muito difícil, aponta a pedagoga e coordenadora do NAU da Escola de Educação Física (Esef/Ufrgs), Cintia Bueno Marques. “Em geral, as pessoas não se sentem confortáveis em ser avaliadas”, admite.

Isso explica a resistência

interna que ocorreu quando o Núcleo da Esef foi revitalizado, há sete anos. Cintia lembra que antes mesmo da Lei dos Sinaes, a Ufrgs já havia criado os NAUs, na década de 1990, para coordenar a avaliação no âmbito das Unidades Acadêmicas. Com a criação da CPA, estes núcleos se tornaram os braços da Comissão nas unidades que hoje se fortalece.

Coordenadora do Fórum de NAUs, Cintia dá um exemplo prático de como o trabalho de avaliação implementado pelos núcleos funciona. Como um dos indicadores de qualidade do NAU da Esef é voltado para a avaliação do currículo, foi realizada pesquisa junto à comunidade acadêmica, para mensurar a receptividade com relação ao recém criado Curso de Dança. “Inicialmente, nos deparamos com um parecer negativo por parte dos estudantes e dos professores”, recorda a pedagoga.

Hoje a disciplina, que também já passou por avaliação externa, leva nota máxima (5) na média de discentes e docentes, graças às mudanças realizadas a partir do parecer da comunidade no que se refere ao currículo do curso. A partir da avaliação, também foi aprimorado o curso de Fisioterapia e reestruturados os cursos de Educação Física, o organograma e os setores administrativos da Esef.

De acordo com Cintia, o NAU daquela unidade tem um diferencial, por ser vinculado à Secretaria de Avaliação e Planejamento Estratégico, o que garante agilidade às mudanças necessárias junto à Câmara de Graduação, já de um semestre para outro. “A cultura da avaliação já está implementada na Ufrgs, e isso é muito positivo e gratificante, pois somente assim é possível tornar o trabalho desenvolvido na Universidade cada vez mais qualificado”, justifica.

O sistema, na visão de integrantes da CPA

Adverso – Qual é o retorno que a CPA espera do processo de avaliação institucional?

1) Silvestre Novak (vice-Secretário de Educação à Distância da Ufrgs) – As expectativas com relação à avaliação não são muito diferentes se considerarmos os que respondem aos questionários e os que analisam os dados, pois os propósitos da avaliação são os mesmos, em ambas as situações. Na perspectiva do respondente, interessa saber o quanto sua participação contribui para a melhoria da qualidade do ensino na Universidade. Nesse contexto, a comunicação dos resultados via CPA se traduz num importante feedback à comunidade acadêmica como um todo, propiciando repercussões positivas no aprimoramento dos processos, no desenvolvimento institucional e na melhoria da qualidade do ensino.

2) Susana Samuel (professora Titular da Faculdade de Odontologia) – A participação da comunidade tem sido significativamente crescente e espera-se uma participação cada vez maior. Todos os esforços devem continuar sendo envidados no sentido de sensibilizar e conscientizar a comunidade da importância da avaliação. Deve ser um processo que faça parte da rotina e que seja encarado como indispensável para a reflexão sobre a realidade da Ufrgs, que antes de tudo, deve ser conhecida. Talvez seja necessário um trabalho maior nas bases, no sentido de fortalecer o espírito avaliativo e de desmistificar o

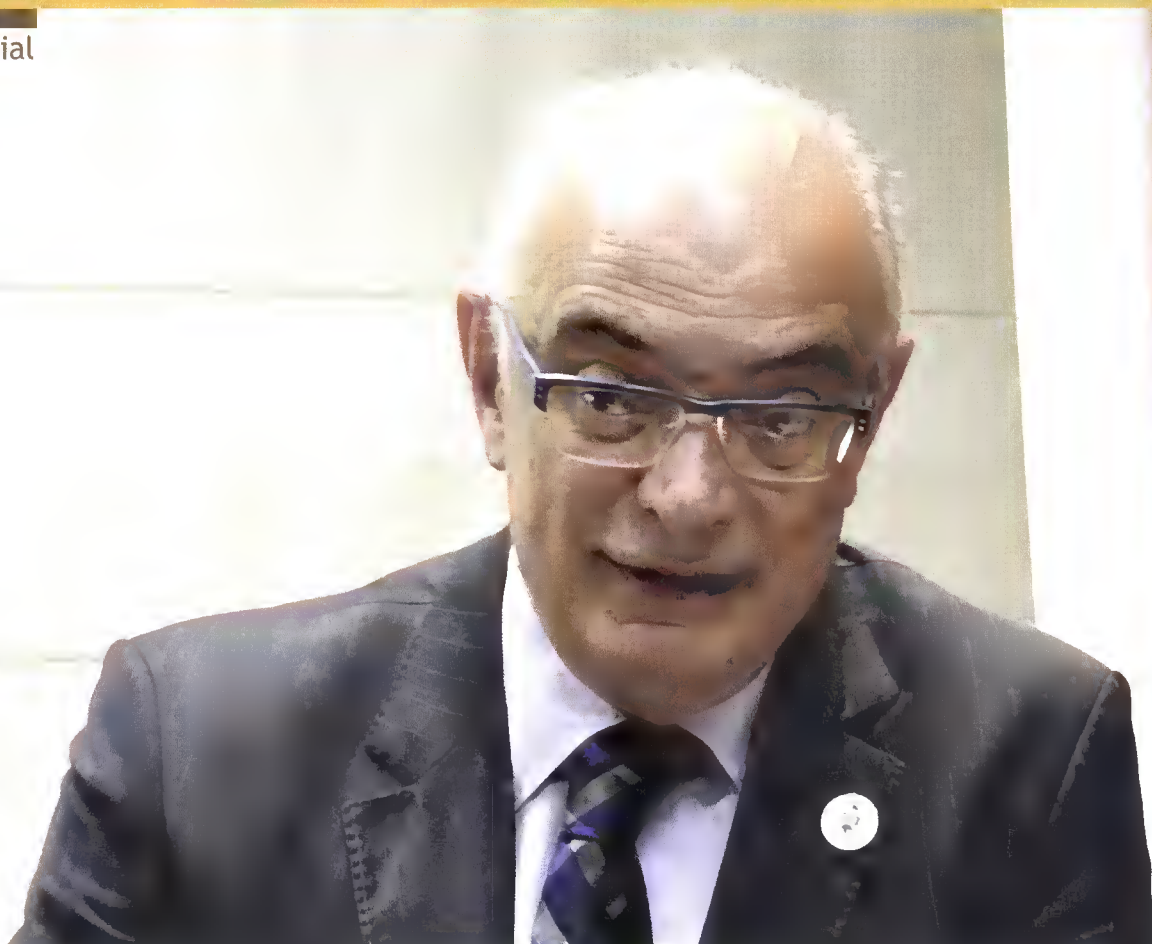
estigma punitivo da avaliação, de forma que ela seja construída a partir das Unidades Acadêmicas e se consolide nas diferentes esferas legislativas e executivas da Universidade, de modo a permitir diagnosticar as reais potencialidades e fragilidades da Universidade, no âmbito das dez dimensões do Sinaes.

Adverso – Em qual estágio a Ufrgs se encontra, quando comparada com outras universidades brasileiras?

1) Silvestre Novak – Reconhecidamente, a Ufrgs tem desenvolvido uma longa e exitosa experiência em avaliação, que veio a se consolidar ainda na década de 1990, através do Programa de Avaliação Institucional da Ufrgs (Paiufrgs), tendo contribuído de forma efetiva para o desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), iniciado pelo MEC em 1993. Com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a partir de 2004, a avaliação da Educação Superior ganhou novo impulso, estabelecendo uma maior articulação entre a avaliação institucional, interna e externa, nas múltiplas dimensões, que abarcam infraestrutura, responsabilidade social, condições de ensino, organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente, perfil do egresso e Plano de Desenvolvimento Institucional, onde naturalmente entra a gestão. Também se verifica uma maior articulação entre as distintas interfaces da Educação Superior,

envolvendo a avaliação, regulação e supervisão. Tem se mostrado um processo rico, na medida em que conta com a participação dos diferentes segmentos da comunidade universitária, das diversas áreas de conhecimento, ensejando múltiplos olhares, que refletem a diversidade e a pluralidade presente nos espaços acadêmicos. No entanto, sua natureza multidimensional, na medida em que abrange desde questões objetivas, como as relacionadas com infraestrutura, até aspectos eminentemente subjetivos, como os atitudinais, coloca o desafio de constituir instrumentos de avaliação que permitam captar esse universo.

2) Susana Samuel – A Ufrgs está em um patamar bastante avançado em termos de avaliação institucional, sendo referência para várias Ifes do País. Temos recebido comissões que vêm conhecer como funcionamos, bem como sendo convidados para compartilhar nossa experiência. A Universidade está familiarizada com a autoavaliação institucional, considerando que foi a primeira das universidades federais a encaminhar o Relatório Institucional (em outubro de 2005), atendendo a um desafio colocado pelo então presidente da Conaes. Mesmo assim, com toda a experiência e trajetória da Ufrgs, em termos de avaliação, trata-se de um processo em constante adequação, cujo sucesso passa pelo desafio de considerar a reconhecida dimensão e diversidade da Universidade.



Rui Oppermann

"Desafio da Ufrgs é obter a avaliação dos ex-alunos"

Por Adriana Lampert

A partir do Programa de Avaliação Institucional (PAIUfrgs), baseado no Programa Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), a Ufrgs teve um protagonismo muito grande na formatação do atual processo de avaliação institucional, implementado em 2004 pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). "Hoje estamos em uma situação bastante confortável, porque este é um processo já institucionalizado e a comunidade universitária entende sua importância, como fruto desta tradição histórica", observa o vice-reitor da Universidade, Rui Oppermann,

que cumpre sua segunda gestão na Instituição, ao lado do reitor Carlos Alexandre Neto. Oppermann recorda que esta demanda já pautava a administração da Universidade em 1994 e explica que, atualmente, há diferentes níveis de avaliação dentro da Ufrgs.

"No aspecto de gestão, a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) é o nosso carro chefe e tem status de pró-Reitoria, o que lhe dá um lugar de destaque dentro da Administração Central da Universidade", explica o vice-reitor. A SAI trabalha em contato direto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com os

Núcleos de Avaliação de Unidade (NAUs) e com os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs). No topo desta estrutura, a CPA é um órgão colegiado, com representação de docentes, técnicos-administrativos e estudantes, que tem por missão estabelecer políticas de avaliação institucional, conforme a Lei Federal 10.861. Na Ufrgs, até bem pouco tempo, estas políticas estavam voltadas primariamente para a avaliação acadêmica, com ênfase na área de graduação.

Em entrevista à revista *Adverso*, Oppermann fala sobre como este trabalho tem crescido e repercutido positivamente na Ufrgs, sem desconsiderar que ainda há pontos para serem melhorados. “Podemos dizer que não estamos perdendo qualidade, quando a referência são

os resultados da avaliação externa. Mas isso não quer dizer que avaliações setoriais possam apontar outras perspectivas.” A Universidade tem expandido a pesquisa que mede o desempenho de seus processos junto à comunidade acadêmica. Segundo o vice-reitor, a meta da Ufrgs para os próximos anos é ampliar o leque da avaliação, que atualmente compreende a graduação e pós-graduação, para contemplar também a extensão, a gestão, a administração e a governança da Instituição. Um dos primeiros e grandes desafios, neste sentido, será integrar os ex-alunos da Ufrgs, reconhece Oppermann. “Atualmente, não temos o retorno desejado nem sequer no envio de um email. Teremos que ser criativos e buscar outros canais de acesso aos egressos.”

Adverso – Na sua opinião, qual deve ser o principal objetivo da avaliação institucional dentro das universidades brasileiras?

Rui Oppermann – Basicamente, o que se quer com a avaliação institucional é detectar quais são as políticas desenvolvidas nas universidades e o que, nelas, precisa ser melhorado.

Adverso – Em uma entrevista à revista *Adverso* (edição 207), o ex-reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nóvoa, afirmou que não pode existir autonomia universitária sem avaliação universitária. O senhor concorda com ele?

Rui Oppermann – Concordo plenamente. Eu acho que uma universidade autônoma que não tenha um processo de avaliação institucional maduro e abrangente irá se perder no futuro. É preciso saber que direções tomar. Todo o gestor público tem obrigação de

olhar para a avaliação como uma ferramenta de gestão e não como se ela fosse “um juiz” do seu trabalho.

Adverso – Quais os principais aspectos da avaliação institucional na Ufrgs?

Rui Oppermann – A Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), que funcionam internamente à Universidade, trabalham muito próximas das instâncias de avaliação externa. Isso porque a primeira tem em sua natureza um viés, já que é feita por pares da própria Instituição. Neste sentido, a avaliação externa é, para a Ufrgs, tão ou mais importante que a interna. Essa visão externa é aquela que, em última análise, vai nos fazer construir o Conceito Geral de Curso (CGC), que será cotejado com as demais universidades do Brasil, e que, desde 2013, vem colocando a Ufrgs como a melhor universidade do

País. Um detalhe, neste sentido, é que, além de levar o conceito máximo, estamos aumentando a nossa média. Isso é importantíssimo, pois nós passamos, nos últimos seis anos, por um processo muito grande de expansão, em função do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Aumentamos o número de cursos, incluindo os noturnos, o número de vagas e as políticas de ações afirmativas – primeiro, como iniciativa da Universidade, depois como Lei –, que modificaram o universo de estudante que temos atualmente. Se havia, há algum tempo, uma dúvida sobre o desempenho destes discentes e se estamos aumentando a nossa média no CGC, podemos dizer que não perdemos qualidade. Mas isso não significa que as avaliações setoriais não possam mostrar outras perspectivas. O certo é que, no geral, a Universidade não se ressentiu da expansão pela

qual ela passou com o Reuni.

Adverso – Como a Universidade organiza os dados da avaliação interna com os aspectos relacionados às dez dimensões do Sinaes, que devem ser considerados na formatação do relatório anual para o MEC?

Rui Oppermann – As dimensões são um protocolo de itens sugeridos pelo MEC para a avaliação da graduação. Então, quando chega a comissão de avaliação de um curso, ela faz o processo a partir do cumprimento destas dimensões pelo curso e pela Universidade. Este protocolo não é interno, e sim sugerido pelo INEP. Mas na Ufrgs, a cultura de avaliação não é um momento único. Estamos constantemente em processo de avaliação, seja pela construção dos dados, que são reunidos no relatório de gestão, seja no censo, com todos os números acadêmicos, que são enviados no relatório ao MEC. E um fato importante: é a partir deste censo que se faz a distribuição orçamentária. Então, quanto melhor for a coleta de dados e a informação dada pela Universidade, melhor é a retribuição orçamentária que teremos, tanto em custeio como em capital. A Ufrgs tem esta tradição e eu fico muito orgulhoso. Não é algo desta gestão, é da história da Universidade. Não me lembro de nenhum reitor que não tenha entrado na Instituição sem priorizar a avaliação como um instrumento de trabalho. Isso está relacionado à abordagem externa, que dá reconhecimento à Ufrgs. Já a interna é feita de forma autônoma. Por exemplo, a avaliação dos docentes pelos discentes não está no foco

"Todo o gestor público tem obrigação de olhar para a avaliação como uma ferramenta de gestão e não como se ela fosse "um juiz" do seu trabalho."

da visão externa, mas para nós é importante, porque com isso temos uma ferramenta de gestão acadêmica e podemos detectar áreas fortes e áreas que precisam ser melhoradas nos aspectos didático, pedagógico e de atenção ao aluno por parte do docente, em diferentes cursos. Existe ainda a autoavaliação docente, que é uma oportunidade destes profissionais se manifestarem. Nos dois casos, temos conseguido um percentual de respostas muito grande. Acima de 70% dos professores e quase este patamar de estudantes. Isso quer dizer que seis de cada dez alunos da Ufrgs avaliam seus professores. Há pouco tempo esse universo era menos de 20%.

Adverso – Como a Instituição se relaciona com a comunidade e de que forma a sociedade pode contribuir para o planejamento de ações estratégicas ou mesmo para a gestão da Universidade?

Rui Oppermann – Temos dentro dos nossos conselhos, principalmente o Consun, a represen-

tação de entes da comunidade, como a Associação dos Ex-Alunos, a Fiergs, a CUT e o Conselho Estadual de Educação. A cada dois anos, o Consun debate quais instâncias da comunidade estarão representadas no seu trabalho, e as mesmas são convidadas a participar. Acho este sistema importante para o Conselho Universitário, mas é absolutamente insuficiente para a avaliação, uma vez que este conceito, no que se refere à comunidade, tem que ser mais amplo. Um dos primeiros e grandes desafios que nós temos é a avaliação dos ex-alunos. Desde a minha primeira gestão na vice-Reitoria da Ufrgs, estamos trabalhando sobre a questão dos egressos e acompanhando outras universidades (públicas e privadas) que têm feito algo semelhante. Nas privadas, o aluno se associa, ganha botons, descontos e, mesmo assim, o resultado final fica muito aquém daquilo que se esperaria. Eu acho que isso tem dois aspectos importantes: um é que não estamos sabendo como chegar nos egressos e outro é que não temos a cultura do ex-aluno olhar para a universidade como sua alma mater. Em países como os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia e a Inglaterra os egressos são uma fonte importantíssima de recursos para as universidades (o que não é nosso caso, pois somos financiados com recursos públicos) e são importantes também na definição de políticas para a comunidade acadêmica, com participação efetiva. Enfim, os egressos são fundamentais para a gestão das universidades americana, porque há uma cultura, que é fundacional, de olhar para o passado e pensar

em colocar uma parte do seu dinheiro do imposto de renda nestas instituições. E lá existe legislação que permite que se faça isso, e que se acolha estas pessoas de uma maneira mais institucional. Aqui, não temos uma legislação adequada para que a comunidade participe de uma forma mais efetiva na vida da Universidade, e também não sabemos como buscar isso na nossa cultura brasileira.

Adverso – Qual a maior dificuldade para acessar o egresso?

Rui Oppermann – Temos o correio eletrônico de todos os egressos e enviamos emails, porém o grau de resposta é absolutamente irrisório. Nossos mecanismos de retorno são pouco atrativos. Aliás, todas as universidades perdem ponto quando a relação com os egressos entra na avaliação. O programa que foi o mais bem sucedido, não com ex-alunos, mas com amigos da Ufrgs, foi e é a campanha de doação para os prédios históricos, porque a comunidade entendeu que existe aí um objetivo importante. Talvez tenhamos que ser criativos e buscar outros canais que se assemelhem a esse, na relação com os egressos.

Adverso – É possível afirmar que a comunidade acadêmica está contribuindo para um processo contínuo de aperfeiçoamento do Ensino na Ufrgs?

Rui Oppermann – Pela minha percepção, qualquer professor que não tenha uma boa ideia sobre educação e ensino não é um bom profissional. Nós somos absolutamente irrequietos e sempre inovadores. Nossa

"Temos o correio eletrônico de todos os egressos e enviamos emails, porém o grau de resposta é absolutamente irrisório. Nossos mecanismos de retorno são pouco atrativos. Aliás, todas as universidades perdem ponto quando a relação com os egressos entra na avaliação."

questão interna, na Ufrgs, não é falta de ideias, mas o excesso, no sentido positivo de buscar alternativas de aprendizagem e aproximação dos alunos com a pesquisa. Veja, por exemplo, o Programa de Iniciação Científica, que nasceu na Universidade (que hoje conta, além do CNPq, com o seu próprio programa). Eu sou um ex-bolsista do Programa de Iniciação Científica e, quando entrei, fui acolhido por uma equipe de pesquisa que deu um sentido para o que eu estava fazendo na Universidade. A Ufrgs é a melhor do País, não somente pelo conteúdo em sala de aula, mas por oportunizar pesquisa, extensão, estágios. Isso é o que realmente enriquece a vida dos estudantes. E todo o professor está envolvido de alguma for-

ma em uma destas atividades. Na medida em que se envolve a comunidade na pesquisa, se qualifica a pesquisa. No caso da extensão, se melhora a relação com a comunidade e se obtém melhores avaliações daquela atividade. A mesma coisa acontece com a graduação. Hoje temos o Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), que é fundamental para qualificarmos nossos futuros professores.

Adverso – Na sua opinião, quais avanços já são frutos do processo de avaliação na Ufrgs?

Rui Oppermann – Bom, a média do Índice Geral de Cursos, como eu já disse, vem aumentando a cada ano, assim como em número de cursos mais qualificados da pós-graduação. Também está crescendo a nossa presença e influência internacional, o que é uma das principais realizações da atual gestão da Ufrgs.

Adverso – Com relação a outras universidades brasileiras, em qual estágio a Ufrgs se encontra quando o assunto é avaliação institucional?

Rui Oppermann – Não temos uma avaliação nacional de todas as dimensões, porque as promovidas pelo Inep são fundamentalmente da graduação. Já as da pós-graduação são realizadas pela Capes. Então, o IGC é o mais próximo que temos de uma avaliação completa, porém ainda falta muito. Não temos parâmetro nem interno nem externo para dizer como é que a Ufrgs se situa na questão de sua gestão, por exemplo. Acho surpreendente que não tenhamos, mas

entendo, porque, no Sistema Federal de Ensino Superior, os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) são recentes. E sem o PDI, como fazer a avaliação? Impossível. Primeiro temos que ter uma série histórica de sucessivos PDIs, para que a gente possa ter esta referência frente a outras universidades. A Andifes está construindo um sistema de PDIs que, em breve, nos facilitará neste sentido.

Adverso – Quais são os pontos fortes e as maiores dificuldades do sistema avaliativo da Ufrgs?

Rui Oppermann – Os pontos fortes são a pós-graduação e a pesquisa (temos acima de 700 grupos registrados no CNPq). Já o ponto fraco é a aproximação com os egressos e os alunos de Ensino à Distância. E temos que continuar progredindo na internacionalização, porque a presença de estudantes e de docentes estrangeiros dentro da Universidade ainda é pequena.

Adverso – Recentemente, o Proifes-Federação aprovou uma resolução, na qual reivindica ao MEC a edição de uma instrução normativa determinando que cada voto “não apto”, conferido pela Banca Examinadora aos docentes em processos de progressão/promoção, seja devidamente fundamentado. O que o senhor acha disso?

Rui Oppermann – Este procedimento de progressão de professor associado para titular é novo na Universidade. Estamos com ele justamente por uma



"A Ufrgs é a melhor do País, não somente pelo conteúdo em sala de aula, mas por oportunizar pesquisa, extensão, estágios. Isso é o que realmente enriquece a vida dos estudantes."

vitória do próprio Proifes-Federação. O que acontece é que fizemos uma normativa, construída de forma coletiva no Consun, e a estamos aplicando de uma forma bastante competente. O resultado é que somos a universidade com o maior número de professores promovidos a titular: cerca de 200. Comparando com outras universidades, foi um processo bem rápido: durou pouco mais de um ano. É claro que tem um aprendizado nesta questão e ao se aplicar, e observar como as coisas estão acontecendo, surge este tipo de crítica.

Adverso – Há quem reclame da subjetividade dos veredictos dos examinadores para promoção da classe de Professor Associado, nível 4, para a de Professor Titular...

Rui Oppermann – Acredito que isso é totalmente improce-

dente. Se fosse para não ser subjetivo (e eu não sei como uma avaliação deste nível seria objetiva), não passaria de uma cartela, onde a pessoa responde, o computador calcula e está pronto. Acho que não se iria gostar disso. A subjetividade permite que se dê qualidade às coisas. Um artigo e um livro, por exemplo, são coisas diferentes. Como é que você vai dimensionar esta diferença? Acho que alguma subjetividade é inerente a qualquer sistema de avaliação. As regras para a progressão também estão absolutamente claras. O professor não compete com ninguém – ele se submete à avaliação a partir de regras claras. O ideal é que cada pretendente se debruce sobre elas e avalie, por si mesmo, se tem condições de ser aprovado, e no caso de sentir que ainda não está apto, espere para o ano

seguinte. Também pode vir a ocorrer de alguém não ter sido aprovado, mesmo fazendo este cálculo, e eu duvido que alguém não faça. Nestes casos, acho que a justificativa do por que foi promovido ou não é absolutamente válida. Não vejo por que não fazer isso, e digo mais: nem é preciso uma imposição do MEC. Pode-se solicitar, dentro do Consun, uma mudança na nossa própria normativa. Eu acho justo. As decisões têm que ser transparentes.

Adverso – Ironicamente, fala-se em um “mal-estar” entre professores de algumas unidades da Ufrgs por avaliações “pouco transparentes”...

Rui Oppermann – Os recursos que chegam ao CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e ao Consun, no caso daqueles que não são qualificados, sempre são analisados de maneira muito clara. E, que eu me lembre, todas as justificativas ou reclamações apresentadas têm sido indeferidas. No fundo, partem de uma análise incorreta da normativa. Agora, volto a dizer, pelo grau de subjetividade, pode haver sim alguém que se sinta prejudicado. E aí acho que é importante contestar.

Adverso – Existe algum modelo, dentro ou fora do País, que possa servir de referência para a avaliação institucional da Ufrgs?

Rui Oppermann – Não dá para seguir o modelo de universidades como Harvard, por exemplo, que é uma entidade pública de natureza privada. Então, esses sistemas abrangem

tes que ocorrem lá fora seriam pouco úteis para nós. Mas se pegarmos aspectos setorializados, como a pós-graduação e pesquisa, podemos buscar exemplos de políticas institucionais de estímulo, que possam nos auxiliar na avaliação. Temos consciência de que o caminho não é copiar modelos, mas sim buscar a nossa própria evolu-

"A natureza da universidade é ser campo livre de ideias, de debates, onde o contraditório é fundamental e onde a unanimidade é realmente burra."

ção. Por isso, atualmente, nosso escritório de processos está trabalhando no coração da administração da Universidade, mexendo com coisas muito complexas, pelo arraigado histórico e inércia de mudanças, mas que passarão por alterações importantes.

Adverso – O Programa de Avaliação Institucional da Ufrgs (PAIUFRGS), que teve como base o Programa Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), entre outros princípios, trata da qualidade formal das ações e qualidade política de influência da Instituição na socieda-

de. No contexto atual, existe algum exemplo que ilustre este papel?

Rui Oppermann – Se você olhar para a história, na cultura ocidental, a universidade é uma das instituições mais longevas dentro da nossa sociedade. Monarquias e governos se foram, sistemas ideológicos vêm e vão, mas a universidade, como um espaço especialmente referenciado, sempre se manteve. E isso é exatamente pela capacidade de abrigar a tudo e a todos, sem, necessariamente, tomar uma posição que, fatalmente, acabaria com a Instituição. A natureza da universidade é ser campo livre de ideias, de debates, onde o contraditório é fundamental e onde a unanimidade é realmente burra. Sem isso, a universidade seria mais um órgão político, capaz de gerar gostos ou desgostos. Eu vejo na universidade a instância que precisa existir para que a sociedade evolua. E é fundamental que esta instituição seja autônoma, pois isso é de sua própria natureza (se é autônoma financeiramente, é outra conversa!). Neste sentido, a Ufrgs é uma instituição respeitável, uma referência de idoneidade, que quando faz algo, não o faz por interesse partidário ou ideológico, pelo contrário. Não foi à toa que aqui nasceu a maior parte dos movimentos sociais importantes, que hoje trabalham junto com a sociedade. Não podemos pensar na Ufrgs apenas como uma formadora de recursos humanos, pois ela é muito mais que isso, e executamos muito bem aquilo a que nos propomos. ■

Vida no Campus

OBRAS RARAS

O tesouro literário da Ufrgs

por Araldo Neto

Um verdadeiro tesouro. Esta é a melhor definição para o acervo de livros raros da Ufrgs. São mais de 10 mil exemplares de obras consideradas raras. O precioso acervo encontra-se na Biblioteca Central da Universidade, dentro de uma sala climatizada e isolada. Lá, é possível encontrar desde bíblias do século XVI até obras de luxo personalizadas do século XIX. O vasto acervo conta com livros raros de todas as áreas do conhecimento, especialmente História, Literatura, Filosofia e Arte.



Ana Lúcia Rüdiger explica o que torna o livro uma "obra rara".

Todo este tesouro literário pertenceu ao colecionador Gert Eduardo Eichenberg (1901–1980) e foi adquirido pela Ufrgs em 1969. A coleção conta com cerca de 40 mil volumes e abrange os mais diversos temas. Aproximadamente um quarto deste acervo foi considerado raro, de acordo com os parâmetros da Biblioteca Nacional. A coordenadora do Departamento de Obras Raras da Biblioteca Central da Ufrgs, Ana Lúcia Rüdiger, explica que, para ser considerado raro, o livro deve possuir algumas características específicas, como ter sido impresso na Europa até o século XVIII ou publicado no Brasil até metade do século XIX, quando surge a imprensa nacional. “As obras da Biblioteca Central são apenas do Eichenberg. Não aceitamos obras raras de outra origem”, afirma.

Mas, afinal, quem era Eichenberg? Como conseguiu reunir tantas obras? De acordo com Ana Lúcia, o colecionador que dá nome à coleção era professor da Faculdade de Medicina da Ufrgs. Muitas obras foram adqui-

ridas em leilões de acervos de bibliotecas da Europa, que foram desfeitas após a segunda guerra mundial, e também de livrarias que tinham como foco obras escassas. “Dá para ver que ele não era colecionador de uma área apenas. São obras raras de religião, ciências sociais, ciências e algumas de medicina. Não tem um foco específico”, resume.

O departamento de Obras Raras tem por objetivos zelar pela guarda e conservação deste acervo, seu processamento técnico, o atendimento aos pesquisadores, a colaboração nos eventos promovidos pela Universidade e o assessoramento às bibliotecas setoriais da Ufrgs, com vistas à identificação de obras raras existentes em seus acervos. A coordenadora do departamento afirma que estes livros requerem uma descrição mais detalhada. “Um livro normal é identificado pelo título, autor ou assunto. Uma obra rara, já é rara pela encadernação, pelo próprio item, tem uma dedicatória, um autógrafo. Então, tu tens que descrever

isso”, compara. Rüdiger informa que o pesquisador, público principal do departamento, procura o acervo de livros raros para analisar as características do exemplar físico. “Ele quer ver aquele exemplar que já teve na mão de algum escritor brasileiro. Que já freqüentou uma biblioteca européia. Essa obra tem outro tipo de tratamento e outro tipo de consulta”, afirma.

Na sala que guarda o acervo, a temperatura e a umidade são controladas de maneira rigorosa, respectivamente entre 20 a 25 graus e 50 a 55%. Essas condições são fundamentais para a conservação dos livros. A oscilação destes dois fatores pode danificar o papel, entre outros danos. Apenas funcionários do setor têm acesso às obras. Lá dentro, elas estão separadas por critérios de tamanho e assunto. Livros maiores não podem ser guardados de pé para não estragarem, por exemplo. Os cerca de 10 mil volumes estão colocados em estantes móveis. Existe uma seção só de bíblias. São vários volumes do livro mais famoso do mundo.



Uma delas, de 1612, em pergaminho, já pertenceu a um mosteiro europeu. Este exemplar possui abanico, uma espécie de aba que protege o corte lateral direito das folhas. Em outra estante estão os livros de referência. A seção conta com publicações francesas, alemãs, portuguesas e brasileiras. Destaque para a coleção de “Innocencio”, bibliógrafo português de escritores portugueses e alguns brasileiros. “Essas fontes são superimportantes. Elas permitem que contemos a história do livro”, ilustra a coordenadora.

Um dos destaques no acervo de obras raras é a coleção Brasiliana, que contempla livros de viajantes que visitaram o Brasil entre o século XVI e XVIII. Especial para a história dos gaúchos, as obras do botânico francês Saint-Hilaire descrevem suas impressões sobre o Rio Grande do Sul ao final do século XIX. Outro viajante francês, Ferdinand Denis, descreve o País em seus livros. “Uns falam que a gente tem riqueza, outros dizem que somos decadentes, que índio é uma pobreza, que a escravidão é um horror. Toda a visão do século 19, muita coisa fantástica, a gente pode estudar aqui. Algumas obras bem importantes, que estão na brasiliana da Usp, nós também temos”, comenta. A seção de periódicos também tem lugar de destaque no acervo. Ilustrado com fotos do Brasil de 1904, o Almanaque Garnier, publicado

por Ramiz Galvão, um dos primeiros diretores da Biblioteca Nacional, é um periódico importante no acervo, assim como o Anuário do Rio Grande do Sul, publicação de 1909, que mostra aspectos importantes do Estado naquela época.

E como é para uma bibliotecária trabalhar em um lugar histórico como este? Para Ana Lúcia, o trabalho é mais enriquecedor quando comparado com uma biblioteca tradicional. Ela explica que em cada obra é necessário um trabalho de pesquisa sobre a história e bibliografia do autor. “Tu tens que fazer uma pesquisa até para informar o leitor sobre o que ele vai encontrar ali. Especialmente alunos de história e letras estudam a genética do livro. Têm obras que passaram por alguém que fez anotações. Às vezes, essas anotações se tornam objeto da pesquisa”, afirma. Quem tiver interesse em visitar o acervo de obras raras da Biblioteca Central da Ufrgs deve agendar previamente sua visita, pelo telefone (51) 3308-1002.

Laboratório ajuda a preservar obras raras

Há pouco mais de um ano, começou a ser desenvolvido o projeto de preservação do acervo raro da Ufrgs. Inscrito pela Biblioteca Central no Programa de Preservação de Acervos 2010/2011 do BNDES, o projeto foi selecionado para receber uma colaboração financeira, segundo critérios de

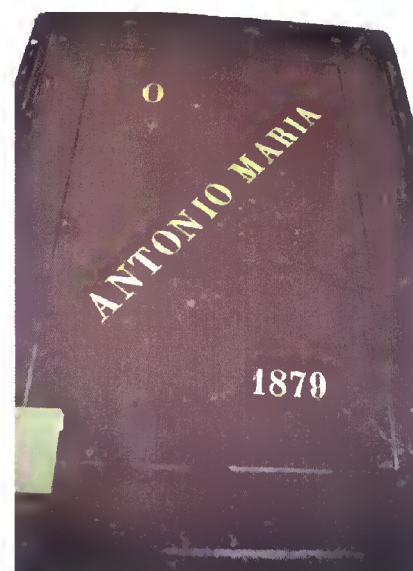


mérito e prioridade. O objetivo central é preservar e dar acesso às obras raras da Ufrgs através da catalogação e inserção no seu catálogo eletrônico on-line, higienização e acondicionamento adequado. O projeto prevê ainda o aparelhamento do Laboratório de Conservação e Restauro da Biblioteca Central. A coordenadora do laboratório, Lorete Mattos, explica que “a expectativa é que em setembro todo ele esteja montado”. Por enquanto, o trabalho do laboratório está concentrado em fazer o acondicionamento, higienização e algum conserto rápido, porém ainda não está sendo feito o processo completo de restauração de uma obra.

Os profissionais do laboratório de conservação e reparo tiveram participação importante na recente reforma da Biblioteca Central da Ufrgs, realizada em

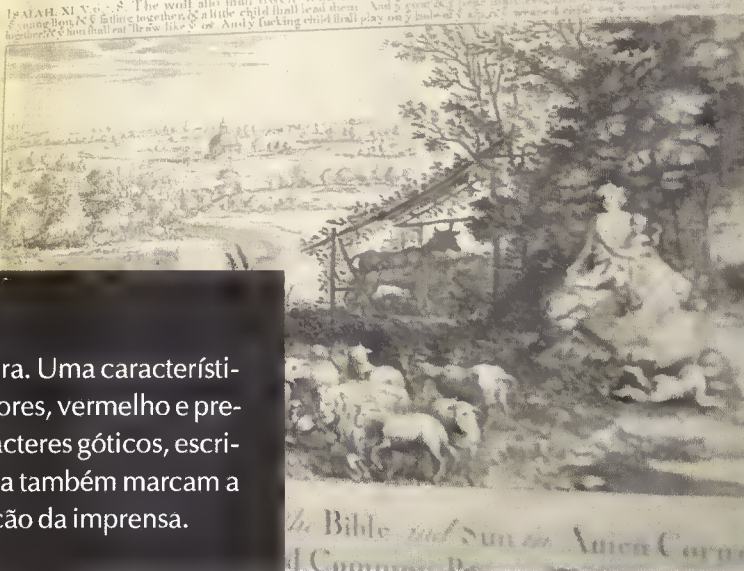
2012. Antigamente, as estantes eram paralelas às janelas, que afetava a preservação das obras, devido à exposição ao sol. “Com a reforma da biblioteca, reposicionamos as prateleiras e colocamos estantes fechadas em cima. Dessa forma, a luz do ambiente não prejudica”, justifica. As janelas ganharam filtros e persianas solares. Outro problema que afetava a biblioteca era a poluição. Sem climatização, as janelas ficavam abertas e a poluição se depositava nos livros. “Nós estamos terminando de higienizar toda a coleção, que realmente estava muito suja, prejudicando a conservação do papel”, explica. Lorete Mattos reconhece que o trabalho exige muita responsabilidade, pois o desafio, sempre, é manter a autenticidade das obras. O Laboratório de Conservação e Restauro receberá equi-

pamentos que o colocará entre os melhores do País, com capacidade para realizar intervenções complexas em livros e documentos, possibilitando o atendimento das necessidades de restauração das obras raras e preciosas da Biblioteca Central, que já se encontram degradadas.



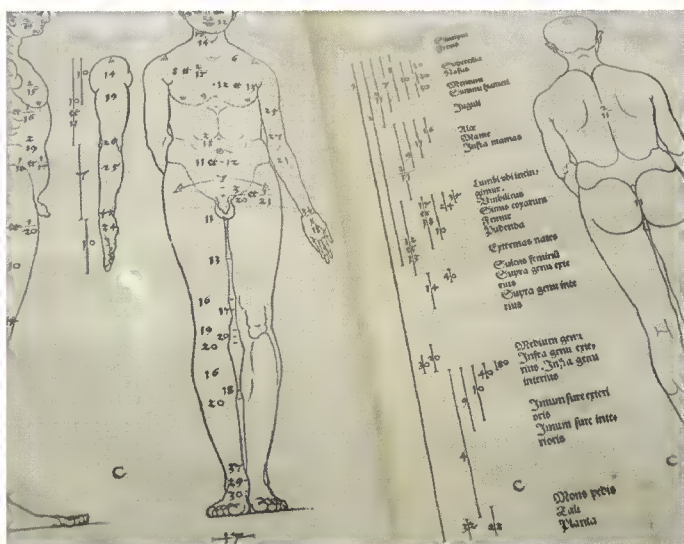


HISTORY OF THE
Holy Bible
OF THE
Old and New Testament
Esquifitely and Accurately describ'd in near
Three Hundred Histories.
ENGRAVEN BY JOHN STURT,
From Designs of the Greatest Master.



Bíblia em gótico de 1516

Feita em xilogravura, esta bíblia foi impressa em madeira. Uma característica da publicação é que ela foi toda desenhada em duas cores, vermelho e preto, o que era muito difícil à época. A bíblia é toda em caracteres góticos, escrita em latim gótico. Ilustrações e capitular toda desenhada também marcam a obra. A publicação é 1516, apenas 61 anos após a invenção da imprensa.



Os desenhos de Albrecht Dürer

O livro do pintor alemão Albrecht Dürer provavelmente é o livro mais antigo do acervo. A rara publicação de 1500 é escrita em gótico. Trata-se de uma edição original, totalmente ilustrada. A obra apresenta os estudos de anatomia realizados pelo autor, que ficou famoso pelas proporções exatas das figuras humanas que desenhava. O livro começa informando os dados do autor, com as iniciais de seu nome, que eram a marca de sua assinatura. O colofão - nota no fim do livro, que fornece referências sobre a obra - diz onde ele foi feito: Nuremberg, em 1500. "Os livros medievais ou mais antigos começavam direto no texto. Não tinham página de rosto. Eles imitavam os manuscritos e podiam ter anotações do lado", explica Rüdiger.

Exposição vai mostrar trabalho de restauração nas obras raras

De 17 de agosto até 18 de setembro, a Biblioteca Central da Ufrgs organiza uma exposição com as obras raras no saguão da reitoria, no Campus Centro. O objetivo é mostrar o resultado do projeto de preservação do acervo, que teve o patrocínio do BNDES. Foi feito o trabalho para catalogação, registros das obras, higienização e acondicionamento. O público que for à exposição poderá apreciar algumas obras raras através de vitrines climatizadas, além de fotografias do processo de limpeza das obras. Ao todo, mais de 3,6 mil volumes foram beneficiados no projeto. "Estou ansiosa para ver a reação das pessoas passando pelo saguão e vendo as maravilhas que nós temos e que muita gente não sabe. O objetivo é mostrar estas obras, mostrar porque elas são raras e porque elas merecem todo o tratamento que estamos dando", resume Lorete. A exposição acontece das 8h às 18h.



Desenho no corte para valorizar a obra

No século XIX, eram feitas muitas publicações de luxo. Obras como o livro "Correspondência de Wiliam Cowper", de 1824, que integra o acervo raro da Ufrgs, possui

recortes dourados. Outro detalhe: Existem desenhos no corte que não podem ser vistos a olho nu. "Todo o corte é desenhado por um artista. Isso tem que ser feito um a um", des-

taca. O objetivo era valorizar alguns exemplares, com o intuito de vender mais caro. Geralmente, o tema dos desenhos estava ligado com a obra ou a vida do autor.



As sete leis do Rei Alonso

"Las siete partidas del sabio" é um dos primeiros códigos civis do mundo. "Siete Partidas" é um corpo normativo redigido durante o reinado de Don Afonso (1252-1284), com o objeto de conseguir certa uniformidade jurídica do Reino. São sete leis de uma compilação de leis medieval. A publicação de 1565 serviu como um código civil criminal do século XVI. "A base dos códigos modernos vem deste livro", informa Rüdiger. A obra é considerada o legado mais importante da Espanha para a história do Direito.

Vida no Campus

O livro gigante

Existem livros de todos os tamanhos no acervo de obras raras da Ufrgs. Dois exemplares, em especial, chamam atenção. Trata-se da "Divina Comédia", famosa obra do século XIV, de Dante Alighieri. O acervo conta com dois volumes, inferno e paraíso. O livrão tem aproximadamente um metro de altura. É uma edição comemorativa da década de 20, que imita uma publicação medieval, com fechos e cravos na capa. Manuseá-lo é uma tarefa bastante complicada.

Encadernação falante

É como se chama o livro cuja encadernação tem a ver com o conteúdo. É mais um detalhe explorado nas obras de luxo que estão no acervo. Um exemplo disso é o livro "A selva", encadernado com coro de cobra. Tudo feito para valorizar a obra.

Ex Libris: o registro de propriedade do livro

Você já ouviu falar em ex Libris? Trata-se de um indicativo de posse bibliográfica, artisticamente confeccionada ou não, estampado ou impresso em papel e que se cola na contracapa de cada livro. A expressão latina significa "dos livros de..." ou "da biblioteca de...", como um indicativo de posse da obra. "Exlibrismo" (a arte de colecionar) e "Exlibrista" (o colecionador) são palavras que podem parecer estranhas para a maioria dos apaixonados pela literatura em nosso País. Mas nem sempre foi assim, até meados do século passado foram muito empregadas, quando existia um intenso movimento artístico para a criação e confecção dessas obras de arte em miniatura. Até finais do século XVIII o seu uso estava praticamente restrito à nobreza e, via de regra, a ilustração abordava temas heráldicos. Foi no final do século XIX e começo do século XX que o "Ex Libris" tomaria feição mais popular. Bibliófilos, literatos e colecionadores contribuíram para o seu desenvolvimento. ■



Critérios para classificar obras raras ou preciosas:

- | | | |
|--|--|---|
| - impressos na Europa até o século XVIII | - edições clandestinas | - edições de luxo |
| - impressos no Brasil até 1841 | - obras esgotadas | - exemplares autografados por pessoas de reconhecida projeção |
| - edições de tiragem reduzida | - exemplares com anotações manuscritas importantes | |
| - exemplares de coleções especiais | - exemplares de bibliófilo (coleccionadores) | |

Sugestões de Leitura

O Nome da Rosa

O **Nome da Rosa** foi publicado em 1980 e se tornou um sucesso quase instantâneo em várias partes do mundo. Centrada na Era Medieval, a história se passa em um mosteiro europeu abalado por uma série de crimes, que passam a ser investigados pelo frade franciscano Guilherme William de Baskerville, e seu discípulo, o noviço Adso de Melk.

Enfrentando uma série de obstáculos, eles descobrem que os crimes estão associados à existência de uma biblioteca, que preserva, secretamente, obras consideradas apócrifas, ou seja, não aceitas pela Igreja Medieval. Entre eles, está um livro sobre o riso, supostamente escrito pelo filósofo Aristóteles. Empenhado em não permitir que qualquer pessoa acesse o seu conteúdo, um velho monge, já cego, cria uma armadilha mortal para os que tocam em suas páginas.

Paralelamente ao suspense em torno do autor dos crimes e suas motivações, Eco reúne Baskerville e o inquisitor Bernardo Gui em um debate filosófico sobre o conhecimento, e como a Igreja monopoli-

zou o saber, condenando às trevas o ser humano medieval.

Como a imprensa ainda não existia, as obras originais tinham que ser reproduzidas manualmente por monges copistas. Assim, os livros eram raridades preciosas, às quais poucos tinham acesso. Esta ficção de cunho policial é, na verdade, uma crítica à intolerância que marcou aquele momento histórico e que, em maior ou menor medida, estende-se até a atualidade.

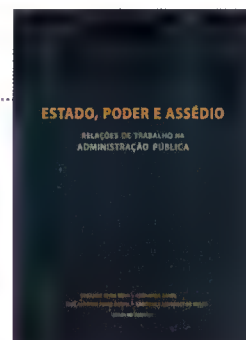
O **Nome da Rosa** teve sua consagração ao ser adaptado para o cinema, em 1986, com direção de Jean-Jacques Annaud e protagonizada por Sean Connery e Christian Slater.



Estado, Poder e Assédio Relações de Trabalho na Administração Pública

Organizadores: Eduardo Faria Silva, Fernanda Zanin, José Antônio Peres Gedieli e Lawrence Estivalet de Mello - Kairós Edições - 249 pág.

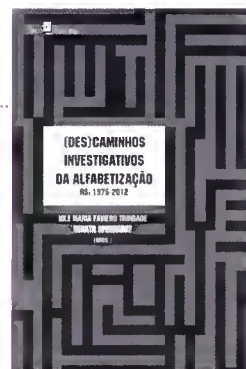
O assédio moral expressa uma relação de abuso de poder e violência no ambiente de trabalho. As formas de exercitá-lo no espaço público são sofisticadas e a sua identificação ainda carece de mecanismos eficazes. Atento às limitações institucionais que permitiriam um correto enfrentamento e um melhor acolhimento do servidor público, as entidades promotoras da presente obra organizaram o seminário Estado, Poder e Assédio: relações de trabalho na Administração Pública. Realizado em março, as reflexões realizadas no evento formaram a base para a elaboração deste livro colaborativo e multidisciplinar, com artigos de especialistas da área jurídica, médica e das ciências sociais.



(Des)caminhos investigativos da Alfabetização RS: 1975-2012

Iole Maria Faviero Trindade e Renata Sperrhake (Orgs.)
Paco Editorial (2015) - 296 pág.

A obra apresenta a análise de resumos de teses e dissertações produzidas na área da alfabetização em programas de pós-graduação gaúchos ao longo de 37 anos.



Gil Vicente Reis de Figueiredo*



O Plano Nacional de Educação sairá do papel?

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional em 2014, representou, seguramente, um passo à frente para os que defendem uma educação pública, inclusiva e de qualidade, embora apresente algumas lacunas importantes e abra espaço, em diversos pontos, para o avanço de interesses dos que querem fazer da educação um negócio – o que só a força política da sociedade civil organizada poderá deter. Entretanto, para que o PNE deixe de ser um discurso e passe a ser realidade, é indispensável a disponibilização de recursos públicos, para que seja possível implementar suas metas, com a necessária qualidade, em todos os níveis de ensino e em todos os rincões do Brasil, colocando ao alcance de todos as informações básicas e o conhecimento que se faz necessário para refletir crítica-

mente sobre elas, ambos elementos fundamentais para o exercício da cidadania plena.

Superar as imensas desigualdades e injustiças que vigoram, em especial na educação, exigirá a destinação à área de orçamento anual da ordem de 10% do PIB, a ser alcançado na próxima década, conforme aprovado no PNE, o que demandará a definição de fontes de recursos suplementares àquelas que hoje existem, de forma a suprir montante adicional de pelo menos 4% do PIB.

O esforço a ser empreendido terá, ademais, que considerar os desequilíbrios de oferta de ensino público de qualidade e as fortes disparidades vigentes – por região, por raça, por renda e no eixo cidade/campo, dentre outras, bem como o fato de que certos níveis de ensino têm sido mais relegados ao descaso do que outros.

A quantidade de recursos necessários para isso pode ser calculada por nível de ensino, de acordo com as metas estabelecidas pelo PNE e, também, levando em conta as projeções populacionais feitas pelo IBGE para os próximos 10 anos, bem com os custos aluno-qualidade, em cada nível, conforme estudos cuidadosos que vêm sendo realizados por diversas entidades – dentre as quais a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Proifes.

Plano Nacional de Educação: fontes adicionais de recursos

Para que o PNE possa acontecer, é preciso que a sociedade brasileira se convença, de forma hegemônica, de que a educação é fundamental para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do País, e, também, de que é a única via efetiva para

que sejam superadas as brutais desigualdades que há séculos assombram a nossa história.

A escala de recursos adicionais a obter é gigantesca – quase 250 bilhões de reais anuais (números de 2014) – e só será alcançada se for possível canalizar montantes de vulto, que não devem e nem poderão vir da aplicação de mais impostos sobre o cidadão comum, já onerado em excesso, mas, sobretudo, de taxas, royalties e outros mecanismos que incidam sobre os detentores da maior parte da riqueza nacional, concentrada nas mãos de muitos poucos.

Além do mais, uma vez disponibilizados os recursos – se isso vier a acontecer – teremos um segundo nível de embate e de disputa, tão difícil quanto o primeiro: esse dinheiro terá que ser canalizado para a educação pública de qualidade e, mais uma vez, a sociedade brasileira terá que estar convencida desse princípio. Do contrário, é certo que o setor privado, em especial aqueles que tratam a educação a partir da pura ótica do lucro, buscará abocanhar parte significativa dos novos recursos, sem a necessária contrapartida de qualidade ou de valorização da profissão de professor.

Eis as alternativas que sugerimos.

1) Petróleo: Fundo Social, royalties e participações

O Proifes e outras entidades que defendem a educação pública, universal e de qualidade acompanharam e lutaram, em anos recentes, para

que os recursos provenientes da exploração do petróleo, do gás natural, e de seus derivados, em especial os advindos do pré-sal, fossem, de um lado, apropriados em boa parcela pelo Estado brasileiro, e, por outro, destinados majoritariamente à educação. O Proifes foi defensor de primeira hora da tese de que a totalidade dos valores depositados no Fundo Social deveria ser repassada à educação.

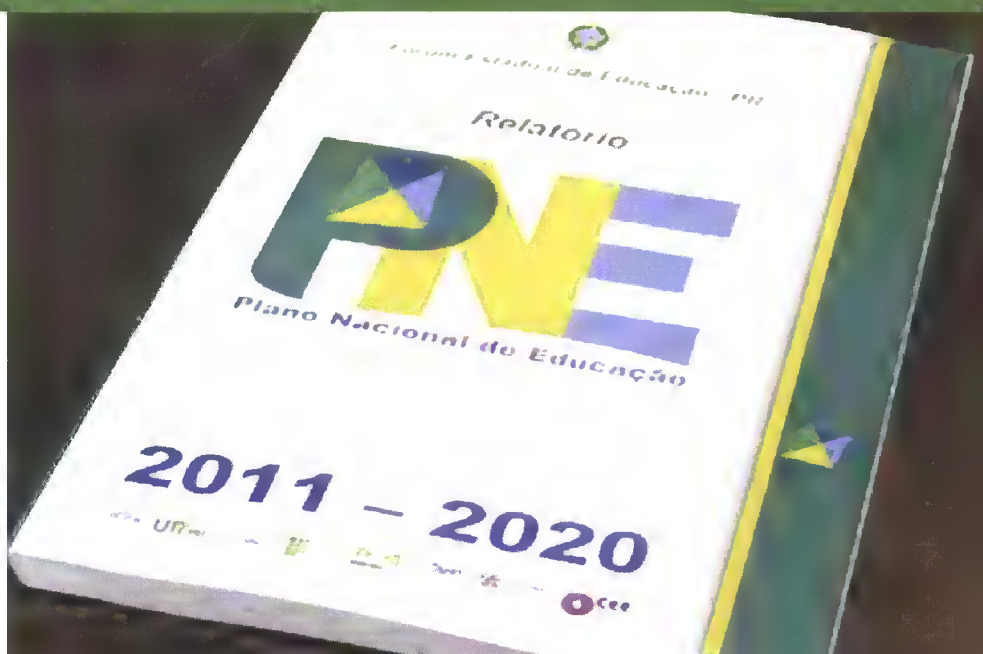
O sucesso obtido foi parcial. Em primeiro lugar, porque, de acordo com as leis aprovadas, o Estado brasileiro será proprietário de uma parcela relativamente pequena da riqueza existente, diferentemente do que ocorre em outros países, como a Noruega, em que esse percentual é bem maior. E em segundo lugar, porque a tese da destinação dos 100% do Fundo Social para a educação não passou no Congresso Nacional; o percentual aprovado foi de 50%, o que, apesar disso, constituiu um extraordinário avanço em relação ao que pretendia o Senado e o próprio governo, à

época.

De fato, a Lei nº 12.858 (09/set/13) definiu que 50% do principal do Fundo Social e 75% dos Royalties e Participações Especiais da União irão para a educação.

Avaliação feita pelo Consultor Legislativo da Câmara Federal, Paulo César Lima, profundo conhecedor do assunto, em exposição ao Congresso Nacional (12 de novembro de 2013), avaliou que, em 2023, serão destinados aproximadamente 0,8% de PIB/ano à educação.

A estimativa acima foi feita em um momento em que o preço do petróleo era superior a 100 dólares (americanos) o barril. Com a queda expressiva do valor do barril ocorrida, o percentual estimado em 2013 teria hoje que ser revisto para baixo. Entretanto, como seria temerário supor que é possível prever o comportamento do preço do barril do petróleo pela próxima década, faz-se necessário ressaltar que a precisão do valor aqui indicados deve ser devidamente relativizada.





O que é preciso deixar claro é que, a partir de todas as informações e previsões razoáveis que é possível fazer hoje, a destinação de recursos do petróleo à educação, embora importantíssima, é absolutamente insuficiente para fazer face às necessidades do setor na próxima década.

II) Ampliar as vinculações constitucionais

Outra fonte possível de recursos adviria da ampliação, de 18% para 25%, da vinculação mínima de recursos da União a serem destinados à educação. O montante adicional assim obtido seria da ordem de 0,60% do PIB/ano, a partir da implantação. Ampliar de 25% para 30% essa vinculação, no caso dos Estados, DF e Municípios, redundaria em um montante adicional da ordem de 0,55% do PIB/ano, a partir da implantação.

É importante ressaltar aqui que esses recursos poderiam ser utilizados de forma plena logo após a efetiva implantação dessas políticas, e não em apenas 10 anos, como é o caso do petróleo.

III) Elevar os royalties sobre a exploração mineral

No Brasil, os royalties sobre a exploração das riquezas minerais são muito baixos: ferro, 2%; alumínio, 3%; manganês, 3%; ouro, 1%; pedras preciosas, 0,2%. Para termos de comparação, basta ver que, no Canadá, os royalties variam de 3% a 9%; nos EUA, de 5% a 12,5%; e na Austrália, alcançam 30% sobre a produção bruta minério de ferro. Além do mais, os royalties no Brasil são repartidos essencialmente entre Estados e Municípios produtores e/ou por onde escoia a produção.

Nos debates de um novo marco regulatório poderia ser aumentada substancialmente a CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), de forma a elevar a arrecadação dos atuais (2014) R\$ 2,5 bilhões/ano para R\$ 15 bilhões/ano – valor em torno de 0,3% do PIB/ano.

IV) Instituir contribuição sobre movimentação financeira, em especial a especulativa

No Brasil, a Contribuição Provisória sobre Movimentação

Financeira (CPMF), com alíquota de 0,38%, foi extinta em 2007, quando rendeu R\$ 36,5 bilhões, ou 1,4% do PIB daquele ano. Para que tenha uma ideia da grandeza dos fluxos financeiros no País, particularmente daqueles de natureza especulativa, basta dizer que, em 2012, girou pela Bovespa (principal Bolsa de Valores nacional) um volume de recursos de R\$ 1,73 trilhões, ou seja, 40% do PIB daquele ano. Esse tipo de capital não lucra com a produção e com a estabilidade, mas sim, ao contrário, com a instabilidade e a flutuação de preços dos ativos financeiros. Uma proposta possível é retomar uma contribuição com a magnitude acima, mas que seja mais voltada aos grandes capitais e, em especial, aos de natureza especulativa, de forma a não incidir sobre o cidadão comum já sobrecarregado de impostos, como antes ocorria. Adicional: 1,4% do PIB / ano (parte a destinar à educação e o restante à saúde).

V) Regularizar o Imposto Sobre Grandes fortunas

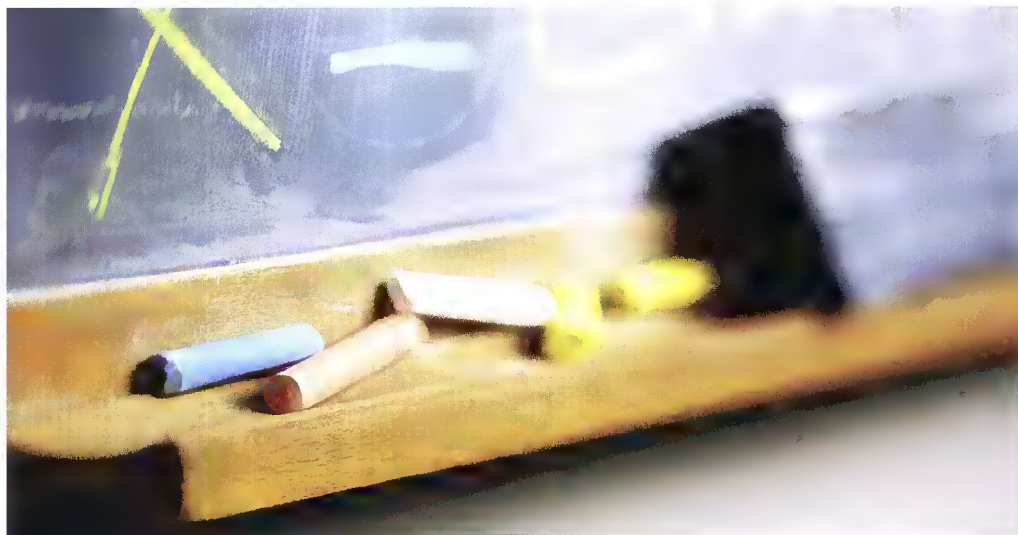
A Constituição Federal, em seu Artigo 153, inciso VII autoriza o Governo a cobrar um imposto sobre grandes fortunas e prevê que lei complementar discipline a matéria. Houve iniciativas nesse sentido no Congresso Nacional, mas a regulamentação não prosperou. Uma dessas iniciativas, o Projeto de Lei Complementar 48/2011, se aprovada, renderia cerca de R\$ 15 bilhões. Adicional: 0,3% do PIB / ano. Registre-se que 70% desses recursos viriam de fortunas superiores a R\$ 116 milhões. No Brasil, em 2012, 901 pessoas, ou 4 milionésimos da população brasileira, com riqueza média de R\$ 620 milhões cada uma, detinham juntas fortuna equivalente a 13% do PIB. É evidente que um país com esse absurdo grau de desigualdade, no tocante à distribuição de riquezas, não pode ser capaz de proporcionar educação pública de qualidade para todos os brasileiros.

VI) Reforma Tributária

Os dados e as ponderações aqui apresentados mostram que é essencial redefinir o perfil da carga tributária no Brasil, aumentando as contribuições provenientes da renda e da propriedade. O quadro abaixo, elaborado com dados publicados pela Folha de São Paulo (02/jun/13), compara a perfil de carga tributária de Argentina, Brasil, Canadá e EUA e mostra uma dramática diferença: Argentina e Brasil, em relação a EUA e Canadá, cobram menos metade do

	Brasil	Argentina	EUA	Canadá
Imposto sobre a renda	21%	16%	44%	47%
Imposto sobre a propriedade	6%	9%	12%	11%
Imposto sobre o consumo	44%	52%	18%	24%
Contribuições sociais	26%	21%	23%	16%
Outros	3%	2%	3%	2%
Total:	100%	100%	100%	100%

(Folha de SP, 02/jun/13)



imposto sobre a propriedade e a renda e mais do dobro do imposto sobre o consumo.

Conclusão

Neste ano de 2015, imediatamente posterior à realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e à aprovação do PNE, o que se vê é um governo que, em vez de honrar seus compromissos de campanha, ampliando recursos para a educação, reduz-se à retórica do 'Pátria Educadora', enquanto, ao mesmo tempo, propõe e promove o contingenciamento das verbas na área, inviabilizando a consecução concreta de metas que foram construídas após muitos anos de debates em que participaram milhões de brasileiros.

Por outro lado, a soma dos recursos adicionais provenientes dos itens aqui listados é de cerca de 4% do PIB / ano – um montante da ordem de grandeza daquilo que é necessário para implantar no Brasil uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, em todos os níveis.

Assim, é certo que a consecução integral do PNE é um sonho possível, mas que, seguramente, demandará o acompanhamento permanente e cuidadoso da sociedade brasileira, bem como fortíssima mobilização popular: isso só acontecerá se forem enfrentados e vencidos os poderosos interesses dos poucos que detêm injustamente a maior parte da riqueza deste País.

*Professor Associado 4 da UFSCar e Diretor de Relações Internacionais do Proifes



Assembleia ratifica ações em andamento e aprova o ajuizamento de novas^(*)

Em defesa dos direitos trabalhistas de seus filiados, professores da Ufrgs, Ufcsa e IFRS - Campus Porto Alegre e Campus Restinga, o sindicato e sua assessoria jurídica - Bordas Advogados - têm entrado com ações judiciais, cujas aprovações pela diretoria foram ratificadas e aprovadas pela plenária da Assembleia Geral realizada no dia 4 de agosto.

Para melhor acompanhamento de seus filiados, a Adufrgs informa quais ações coletivas foram ajuizadas, quais estão prestes a serem propostas, bem como as possíveis ações individuais que podem ser encami-

nhadas através de sua assessoria jurídica, independentemente do ajuizamento das ações coletivas.

As ações ajuizadas:

1. Manutenção de regime previdenciário para quem já era servidor antes da criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp);
2. Incidência de correção monetária sobre créditos reconhecidos na via administrativa;
3. Recálculo dos proventos de aposentadoria por invalidez, anteriores à Emenda Constitucional 70;
4. Cumulação da gratificação de raio-x com adicionais de insalubridade;

5. Progressão por titulação no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), no período em que faltava regulamentação;

6. Direito ao auxílio-transporte sem necessidade de comprovação da despesa;

7. Manutenção do critério de cálculo do art. 192 aos professores titulares e adjuntos aposentados antes da criação da classe de associado;

8. Licenças-prêmio indenizadas;

9. Pagamento de férias durante afastamentos;

10. Devolução de descontos ilegais.

As ações que se encontram no prelo para serem ajuizadas em breve dizem respeito a:

1. Possibilidade de promoção para titular aos aposentados enquanto aguardava-se a regulamentação pelas Instituições Federais de Ensino (IFEs);

2. Retroatividade das progressões/promoções;

3. Promoção acelerada durante estágio para quem veio de outro cargo em IFEs.

Ações que podem ser ajuizadas de forma individual, independentemente da existência de ação coletiva:

1. Cumulação da gratificação de raio-x com adicionais de insalubridade/radiação ionizante:

As atividades dos professores de determinadas áreas, como da saúde, por exemplo, são de tal forma peculiares, que lhes colocam no patamar de titular de dois direitos cumulativamente, vale dizer, a percepção tanto do ADICIONAL DE INSALUBRIDADE ou de IRRADIAÇÃO IONIZANTE, como da gratificação de RAIO-X.

Além de ação coletiva, a Assessoria Jurídica da Adufrgs já encaminhou diversas ações individuais defendendo a percepção dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação de raio-x de forma cumulada. Tal entendimento já foi confirmado pela Justiça Federal e pelos Tribunais Superiores em inúmeros julgamentos.

Quais documentos são necessários para o ajuizamento da ação?

Kit de documentos fornecidos pela assessoria jurídica da Adufrgs (bordas@bordas.adv.br) cópia dos laudos periciais comprovando o direito aos adicionais ou gratificações, portaria de concessão de um dos adicionais, fichas financeiras dos últimos cinco anos, cópias dos documentos de identidade, cpf e residência.

2. Licenças-prêmio indenizadas

Os professores que se aposentam sem ter gozado as licenças-prêmio a que faziam jus e que tampouco as tenham utilizado para a aposentadoria, podem cobrar estas licenças não utilizadas em dinheiro.

Professores da Ufrgs: Como a Adufrgs ajuizou uma ação coletiva contra a Ufrgs em que já houve o

reconhecimento do direito a todos os sócios aposentados a partir de 30.08.2001 ou que vierem a se aposentar durante o prazo de execução da ação, sócios da Adufrgs, os professores que se encontram nessa situação DEVEM entregar documentos para poder receber os valores a que fazem jus.

Professores da Ufcs e do IFRS: Embora a Adufrgs possua ação coletiva em favor de seus sócios, tais ações ainda estão em andamento. Deste modo, é possível o ajuizamento de ações individuais, independentemente da ação coletiva.

Quais documentos são necessários para o ajuizamento da ação?

Kit de documentos fornecidos pela assessoria jurídica da Adufrgs (bordas@bordas.adv.br), declaração fornecida pela Ufrgs acerca da existência de licenças-prêmio em nome do professor, e se foram utilizadas para alguma finalidade, fichas financeiras do ano em que se deu a aposentadoria, portaria de aposentadoria, mapa de tempo de serviço considerado para a aposentadoria e para o abono de permanência, cópias dos documentos de identidade, cpf e comprovante de residência.

3. Retroatividade das progressões /promoções

Devido a uma orientação da Procuradoria Geral da Advocacia Geral da União (PG/AGU), os professores que têm tido progressões ou promoções (inclusive para Titular) desde outubro de 2014 podem estar tendo prejuízos financeiros e/ou na contagem do tempo de interstício. Entendendo que o tempo trabalhado e a remuneração correspondente é um direito do professor, a Adufrgs-Sindical sugere aos

professores que busquem judicialmente a garantia de seus direitos.

Para tanto, o Sindicato disponibiliza os formulários (links abaixo) que devem ser preenchidos por aqueles que desejarem buscar compensação a eventuais prejuízos financeiros e/ou em relação ao tempo de interstício. Embora a Adufrgs ajuíze ação coletiva, existem casos que as ações serão individuais devido a eventuais particularidades.

Quais documentos são necessários para o ajuizamento da ação?

Kit de documentos fornecidos pela assessoria jurídica da Adufrgs (bordas@bordas.adv.br), cópia do processo administrativo de progressão/promoção funcional, fichas financeiras dos últimos cinco anos, portaria de progressão/promoção, cópias dos documentos de identidade, cpf e comprovante de residência.

4. Promoção acelerada durante estágio para quem veio de outro cargo em IFEs.

Os professores que ingressaram nas Carreiras do Magistério Superior ou do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) até 1º de março de 2013, mas que tomaram posse por vacância na Ufrgs, Ufcspa ou IFRS a contar de 2 de março de 2013, fazem jus à aceleração de promoção, independente da conclusão do estágio probatório. No entanto, este direito está sendo negado pela Administração, sendo possível o ajuizamento de ação judicial.

Quais documentos são necessários para o ajuizamento da ação?

Kit de documentos fornecidos pela assessoria jurídica da Adufrgs (bordas@bordas.adv.br), portarias de nomeação e posse na IFE onde ingressou antes de 1º/3/2013, fichas financeiras relativas a tal vínculo, portarias de progressões funcionais, portarias de nomeação e posse na nova IFE, fichas financeiras relativas ao novo vínculo, cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

5. Valores reconhecidos como devidos pela Ufrgs/Ufcspa/IFRS pendentes de pagamento

Em decorrência dos pedidos administrativos de concessão e revisão de abono de permanência e aposentadoria, pagamento de RSC, progressão/promoção funcional antes de outubro de 2014, incorporação de vantagens, entre outros, a

Administração vem reconhecendo valores atrasados de diferenças salariais.

No entanto, os pagamentos destes valores vêm sendo efetuados com anos de atraso, não havendo previsão de data para pagamento. Soma-se a isto, ainda, o fato de tais valores não sofrerem qualquer tipo de correção monetária.

Assim, é possível o ajuizamento de ação buscando tanto o pagamento de correção monetária como do valor nominal reconhecido pela Ufrgs/Ufcspa ou IFRS.

Quais documentos são necessários para o ajuizamento da ação?

Kit de documentos fornecidos pela assessoria jurídica da Adufrgs (bordas@bordas.adv.br), cópia do processo administrativo em que houve o reconhecimento dos valores devidos, fichas financeiras dos últimos cinco anos, cálculos de exercícios anteriores atualizado (fornecidos pela Progesp), cópias dos documentos de identidade, CPF e comprovante de residência.

Esclarecemos, ainda, estar sendo exigido pela Ufrgs, Ufcspa e IFRS a assinatura de declaração de inexistência de ação judicial para o encaminhamento dos requerimentos administrativos. A assinatura de tal declaração, entretanto, não impede o ajuizamento de ação judicial no caso de a Administração não providenciar o pagamento em prazo razoável, que podemos entender como superior a 90 dias.

Lembramos que a assessoria jurídica dispõe de plantões de atendimento para esclarecimentos de dúvidas de segunda à quinta-feira, das 14h às 16h, pessoalmente ou por telefone no escritório Bordas Advogados Associados (Praça da Alfândega, nº 12/10º andar – telefone 3228-9997), sem necessidade de agendamento de horário.

Para consulta sobre novas ações ou esclarecimentos de dúvidas atinentes à situação funcional (aposentadoria, progressões, revisões de vencimentos ou proventos, entre outros), é possível o agendamento de horário com os advogados Francis Campos Bordas e Grace Esteves Bortoluzzi diretamente no escritório de advocacia (3228-9997) ou na sede da Adufrgs (3228-1188).

(*) Elaborado por Bordas Advogados.



Alternativas de complementação das aposentadorias dos professores federais

Recentemente, o Proifes (Federação de Sindicatos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior) publicou uma cartilha de autoria do professor Eduardo Rolim de Oliveira sobre as mudanças das aposentadorias dos professores das IFES. O documento apresenta aspectos a serem considerados nas análises, dependendo da data de ingresso do servidor no serviço público. A principal alteração mencionada refere-se à extinção da aposentadoria integral para os recém-ingressantes no serviço público. Como alternativa a esta nova

situação, o governo criou um fundo para a aposentadoria complementar em substituição a até então existente aposentadoria integral para estes servidores públicos. Na cartilha divulgada pelo Proifes, encontram-se detalhes de como o servidor poderá aderir a um plano público de aposentadoria complementar.

Tratarei aqui de algumas alternativas disponíveis no mercado para servidores públicos contribuírem para uma aposentadoria complementar. Neste sentido, lembro que um plano de aposentadoria complementar consiste

na contribuição para um fundo financeiro (ou realização de uma poupança própria) durante um certo período de tempo, para, depois, por ocasião da aposentadoria, ter um recurso adicional para usufruir uma complementação financeira acrescida ao valor do salário definido para servidores aposentados.

Historicamente, e mesmo mais recentemente, os resultados financeiros de alguns planos dos fundos de aposentadoria e de pensão complementar, tanto os privados como os públicos, têm deixado de cumprir com os direitos dos

contribuintes conforme estabelecido e de acordo com o plano subscrito. Após a contribuição por um período de 20 a 30 anos, a aposentadoria complementar de alguns planos não paga o valor mensal consignado à época de subscrição. Os motivos para o não cumprimento das regras estabelecidas no plano são diversos. O principal destes parece ser o mau gerenciamento do fundo. A maioria dos planos têm um conselho ou gestor dos recursos financeiros com normas e regras estabelecidas. No entanto, estas regras não são, necessariamente, seguidas com transparência devida pela administração. Muitas vezes as projeções dos retornos dos “fundos”, por ocasião da subscrição do plano, parecem ser muito vantajosas, mas, os resultados da complementação ao final não são cumpridos.

Uma regra importante, por exemplo, é a de distribuir as aplicação dos valores em percentuais que minimizem as perdas eventuais e que o retorno do fundo seja, no mínimo, superior à inflação no período considerado. As ingerências políticas e os interesses particulares dos gestores, todavia, tendem a interferir nas decisões que acabam gerando algumas das razões pelas quais os valores da aposentadoria complementar se tornam inferiores ao plano subscrito prometido.

Neste sentido, um ponto

O problema crucial é que, ao associar-se a um plano nas condições atuais da economia, a complementação da aposentadoria será para daqui a 20 ou 30 anos, quando as condições econômicas poderão ser completamente diversas.

importante a ser considerado ao associar-se a um plano de aposentadoria complementar tem a ver com o custo de administração do mesmo. Este custo, na verdade pode absorver uma parcela significativa do benefício. Atualmente, existem planos que cobram até 7% como taxa de administração anual. Assim, supondo que o rendimento do fundo seja equivalente à taxa SELIC (14,25% anual), a remuneração do fundo passa a ser inferior à inflação no período, que hoje é superior a 9%. A conclusão se torna

óbvia. No longo prazo, a inflação reduz o poder de compra quando o rendimento do fundo é inferior ao índice inflacionário. Neste caso, o problema crucial é que, ao associar-se a um plano nas condições atuais da economia, a complementação da aposentadoria será para daqui a 20 ou 30 anos, quando as condições econômicas poderão ser completamente diversas das atuais. Daí, as incertezas e o risco existentes na economia de um País são consideráveis, o que dificulta muitas vezes um planejamento adequado dos investimentos como os aqui tratados.

A pergunta que se faz agora é:

Quais são as alternativas disponíveis para alcançar uma aposentadoria complementar projetada, que atenda aos objetivos esperados?

Ao responder a tal consideração, a decisão mais importante envolve a escolha entre contribuir para um fundo administrado por terceiros (público ou privado) ou planejar um fundo de investimento próprio. Ao subscrever a um fundo administrado por terceiros, as decisões de aplicação dos recursos são determinadas, automaticamente, pelo gestor, com pouca (ou nenhuma) interferência na política de investimento por parte do subscritor, enquanto, no fundo próprio

tem-se um controle da administração e decisão de onde e como aplicar os recursos.

A alternativa de organizar seu próprio fundo de aposentadoria pode trazer uma série de vantagens. Entre as principais, podem ser destacadas: baixo risco de não alcançar os objetivos desejados, baixo custo de administração, a possibilidade de acompanhar diariamente o rendimento das aplicações e, se necessário, remanejar os valores quando ocorrer alguma mudança no cenário econômico, com alternativas mais rentáveis.

A primeira decisão dependerá da determinação do valor que o contribuinte pretende receber quando se aposentar. Em função deste valor, é necessário um planejamento quanto ao período de contribuição (meses) e o valor mensal a ser depositado (flexível – quinzenal, bimensal, semestral). Quanto mais longo for o período de contribuição, menores serão os valores necessários a serem depositados no fundo. Assim, o cálculo de quando e como se pretende alcançar os objetivos projetados pode ser facilmente obtido através de simuladores em sites na internet. Nestes simuladores se introduzem os dados monetários (dispor de uma poupança inicial facilitará o alcance dos

objetivos), a contribuição mensal, períodos de contribuição (meses) e o rendimento esperado anualmente. A simulação do rendimento anual talvez seja a parte mais complexa da análise. Para uma previsão conservadora do rendimento, um valor adequado seria o ganho real de 2% ao ano no mínimo, o que é facilmente alcançado em aplicações atualmente disponíveis no mercado.

Existem várias opções no mercado para investimento de recursos do fundo de aposentadoria própria. O servidor interessado nesta alternativa encontrará possibilidades de aplicação similares às usadas nos planos privados ou públicos, sem a necessidade de pagar as taxas exorbitantes cobrados pelos mesmos. Um alerta importante, porém, para quem pretende organizar seu próprio fundo de aposentadoria trata da disciplina em depositar regularmente os recursos de acordo com o planejamento, para atender aos objetivos propostos. Além disso, o contribuinte de plano particular ou pessoal de aposentadoria necessita ter conhecimento sobre o mercado financeiro para escolher as instituições (bancos públicos ou privados) que gerenciam os recursos, o que permitirá obter os melhores

rendimentos viáveis. O risco de mercado ao aplicar em determinada instituição e não ter a devolução do valor aplicado é minimizado, pois o mercado disponibiliza um seguro no valor de até R\$ 250 mil por CPF. Isto significa uma vantagem adicional para o beneficiário do plano, o que não acontece quando um fundo administrado por terceiros falir.

A decisão sobre qual instituição escolher para investir os recursos para a aposentadoria requer um certo conhecimento das opções existentes. Em parte, isto pode ser superado ao consultar um profissional na área de mercado financeiro e acompanhar o noticiário, principalmente, em períodos de instabilidade econômica. No longo prazo, ao acompanhar o seu próprio plano de aposentadoria, o contribuinte certamente absorverá algum conhecimento financeiro para tomar decisões racionais futuras que podem, inclusive, aumentar o valor da aposentadoria complementar.

Estas são, portanto, algumas ponderações a serem analisadas por cada servidor que, especialmente a partir de agora, terá que buscar possibilidades e alternativas para uma aposentadoria complementar futura. ■

* Ph.D. em Economia Agrícola pela The Ohio State University (1978).

Professor Titular, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS (Aposentado)

Proifes-Federação define diretrizes para negociação

O Proifes-Federação continua mobilizado, apostando na negociação, mas sem se afastar das diretrizes aprovadas pelo Conselho de Representantes das entidades filiadas. Uma nova reunião da mesa setorial, com participação dos educadores e do Ministério do Planejamento, deve acontecer nos próximos dias na tentativa de um acordo. Para o Proifes, a reposição integral da inflação e acordo para, no máximo, dois anos são o patamar mínimo de negociação. Outro ponto que o Proifes-Federação não abre mão é que a reestruturação das Carreiras esteja contemplada no eventual acordo. Segundo o presidente da entidade, Eduardo Rolim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) ainda não foi aprovada no Congresso e o governo estaria tentando prorrogar o prazo de envio de projetos até 15 de setembro. Além disso, um eventual acordo só seria assinado pela entidade após consulta nacional aos docentes. Até o fechamento desta edição, os professores de Goiás (Adufg), Mato Grosso do Sul (Adufms), Maranhão (Sindufma) e Bahia (Apub) estavam paralisados, bem como os técnicos do Paraná (Sindiedutec). Já os professores da Ufrgs, Ufcsa e IFRS decidiram manter suas atividades, em votação promovida pela Adufrgs-Sindical, em julho.

Confira os últimos passos da negociação salarial e reestruturação da carreira:

LINHA DO TEMPO DA NEGOCIAÇÃO

2015

3

julho

Professores da Ufrgs, Ufcsa e IFRS decidem não entrar em greve em votação eletrônica realizada pela Adufrgs-Sindical. Ao todo, foram 1.247 professores que votaram, sendo que 567 (45,47%) disseram sim e 680 (54,53%) disseram não à greve.

7

julho

Representantes de servidores públicos federais rejeitam proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo de 5,5% para 2016; 5% para 2017; 4,75% para 2018; e 4,5% para 2019.

9

julho

Começa XI Encontro Nacional do Proifes-Federação, em Brasília. Representantes dos sindicatos federados debatem estratégias de ação e alternativas possíveis para a negociação com o governo federal sobre carreira e salários.

13 julho

Conselho Deliberativo do Proifes-Federação encaminha posicionamento no processo de negociação salarial aprovado no XI Encontro Nacional. Entidade rejeita proposta do Governo e reafirma proposta original.

15 julho

Reunião entre Proifes e MEC, representado pela SESu e pela SETEC, sobre a pauta específica dos docentes das Universidades e dos Institutos Federais. MEC debate ponto a ponto a pauta apresentada pelo Proifes-Federação, dando encaminhamento a cada um dos temas.

20 julho

Nova reunião do MPOG com entidades de servidores federais. Governo reafirma índice de 21,3% em 4 anos, mas apresenta reajuste dos benefícios (auxílio-alimentação, plano de saúde e auxílio-creche).

22 julho

Mesa setorial dos docentes com MPOG é marcada pelo impasse nas negociações. Sem negociar, Governo mantém reajuste de 21,3% em quatro anos. Argumenta ter reajustado benefícios para todos servidores ativos. Aposentados são prejudicados – só são contemplados com o reajuste do benefício saúde.

11 agosto

Professores da Ufrgs, Ufcsa e IFRS Campus Porto Alegre e Restinga promovem ato em defesa da educação pública. A manifestação teve como objetivo protestar contra o corte de verbas para a educação, que atingiu as universidades, e pressionar o governo federal a retomar as negociações setoriais com os servidores.

12 agosto

Sesu/MEC informa que será retomado o Grupo de Trabalho (GT) para concluir as discussões já iniciadas, incluindo debate das questões conceituais sobre a Carreira do Magistério Federal, bem como a criação de um GT que tratará sobre autonomia das Universidades.

14 agosto

Conselho Deliberativo do Proifes-Federação aprova resolução com diretrizes para a negociação. Fica definido que: o eventual acordo seja firmado para o período máximo dois anos; anualmente o reajuste não seja inferior aos índices da inflação; nesse período do eventual acordo seja iniciada a reestruturação das Carreiras; no máximo até o segundo ano do eventual acordo (2017) seja negociado a fase final da reestruturação das Carreiras; esse eventual acordo só seja assinado pelo Proifes-Federação após consulta nacional aos docentes.

Chile

Adufrgs e Proifes participam de debate sobre a mercantilização da educação

Educadores da América Latina, reunidos em Santiago do Chile, iniciaram o debate sobre a Mercantilização da Educação. A reunião, que ocorreu entre os dias 21 e 24 de agosto, teve como propósito definir as estratégias para o processo de investigação acerca do comércio educativo, que vem sendo praticado por grandes organizações privadas em todo o mundo.

No evento, promovido pela Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), foi desencadeado um grande processo de investigação para identificar os principais mecanismos de privatização da Educação no continente, especialmente nos países que se valem da transferência de recursos públicos para as instituições privadas.

Pelo Brasil, estiveram presentes o Proifes-Federação, representado pelo diretor de Relações Internacionais e diretor de Políticas Educacionais, Gil Vicente Reis de Figueiredo (AdufsCar-Sindicato), pelo diretor do Sind-Proifes,



Reginaldo Soeiro, e pelo vice-presidente da Adufrgs-Sindical, Lúcio Vieira, além de professores e pesquisadores da Contee e da CNTE.

O processo inicia em cinco países: Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. Para o vice-presidente da Adufrgs-sindical, professor Lúcio Vieira, a partir das investigações que estão sendo realizadas pelo grupo do Brasil, já é possível perceber a forte presença das instituições privadas na Educação, especialmente pelo uso dos recursos públicos. "Os dados reforçam a percepção que temos acerca da intervenção crescente destas

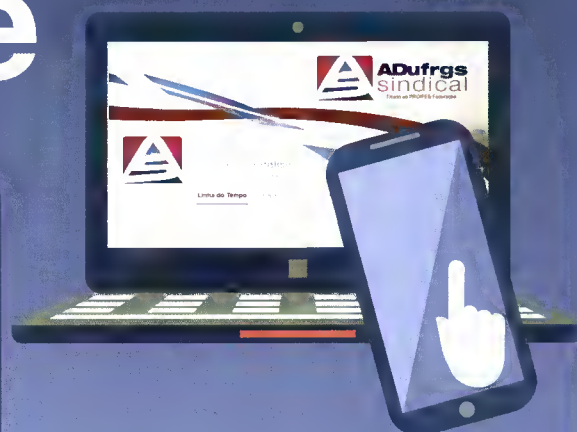
instituições no processo de transformação do serviço público da Educação em um negócio comercial, altamente lucrativo", afirma. Os estudos orientarão as ações dos sindicatos da América Latina no sentido de barrar este avanço.

Em setembro, entre os dias 21 e 24, será a vez da Contee realizar, em São Paulo, o seminário internacional "Os Diferentes Modos de Privatização da Educação no Mundo e as estratégias Globais e Locais de Enfrentamento", com apoio da Internacional da Educação, da CNTE e do Proifes-Federação.

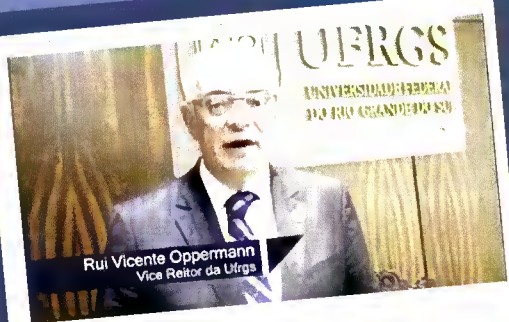
Tem novidade nas redes sociais



Você pergunta, a Adufrgs responde



**Você
Pergunta**



Rui Vicente Oppermann
Vice Reitor da Ufrgs

Curtir

Comentar

Compartilhar



Curtir

Comentar

Compartilhar



Paulo Cesar Nascimento
Professor da Faculdade de Agronomia UFRGS

Curtir

Comentar

Compartilhar

Curta a página da Adufrgs-Sindical no Facebook e confira o quadro "Você pergunta, a Adufrgs Responde".

Através de pequenos vídeos, a diretoria da Adufrgs tira as principais dúvidas dos docentes.



facebook.com/adufrgssindical



ABufrgs
sindical

Filiado ao PROIFES-Federação

Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior-POA

UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga